

## **Mensagem e agradecimentos do Diretor Nacional**

A gestão do capital humano é fundamental para o sucesso de qualquer organização, sendo que o recurso principal de uma organização são as pessoas.

Assim, é mister conhecer o seu perfil em todas as suas valências, por forma a perspectivar-se a sua evolução.

Neste contexto, o Balanço Social constitui um importante instrumento de gestão, pois, propicia a gestão previsional do capital humano.

Em outros termos, a elaboração anual do Balanço Social torna-se um imperativo, na medida em que servirá de apoio à tomada de decisão e formulação de políticas públicas ao nível do planeamento e gestão do capital humano da Administração Pública. Permite, igualmente, realizar análises comparativas e competitivas, que promovam uma reflexão acerca do perfil qualitativo e quantitativo do capital humano disponível.

Ademais, a divulgação do Balanço Social é um indicador irrefutável da transparência, dando conta como parte dos recursos financeiros do Estado estão sendo canalizados.

O presente trabalho é da autoria e iniciativa da Direcção Nacional da Administração Pública (DNAP).

A Direcção Nacional da Administração Pública agradece o empenho e o engajamento dos dirigentes, funcionários e serviços em prol dessa empreitada. Por conseguinte, reitera, o comprometimento dos mesmos na atempada actualização da base de dados do Capital Humano, criando as condições necessárias para a sua permanente consolidação. A assunção da Base de Dados na sua máxima plenitude deve ser prova de compromisso e dever.

O presente trabalho mostra o potencial da Base de Dados dos Recursos humanos da Administração Pública, enquanto instrumento de trabalho, de planeamento e gestão previsional - de saídas e entradas, passando por diversas situações de mobilidades.

O presente trabalho contou com vários contributos, até à sua finalização.

Queremos por isso deixar os nossos agradecimentos aos funcionários e dirigentes da DNAP e, em especial, ao Eng. Carlos Fortes, Assessor do Sr. Secretário de Estado da Administração Pública e Dr. Adilson Vieira Semedo, colaborador externo, Pós - Graduado em Administração e Gestão, que organizaram e acompanharam todo o desenvolvimento do presente trabalho. Mas igualmente aos outros parceiros que, com olhar crítico, colaboraram na estruturação, revisão e formatação do conteúdo do presente Balanço Social.

Agradecimento especial e uma palavra de apreço são endereçados à Unidade de Coordenação da Reforma do Estado (UCRE) que disponibilizou os meios financeiros para a encadernação da primeira edição do balanço Social, neste formato.

Espera-se que este trabalho contribua para a excelência no planeamento e gestão do capital humano na administração pública e, através dela, eficiência da máquina administrativa do Estado.

**Praia, Março de 2016**

**Dr. Gerson Solovanio Ribeiro Soares**

**Diretor Nacional da Direcção Nacional da Administração Pública**

## FICHA TÉCNICA

**Título:** Balanço Social do capital humano da Administração Pública

**Edição e propriedade:** Direção Nacional da Administração Pública

**Fonte:** Base de Dados dos recursos humanos da Administração pública

**Abrangência:** Dados relativos ao ano económico de 2015

**Autor:** Direção Nacional da Administração Pública

**Responsáveis:**

Carlos Fortes

Gerson Soares

Janine Maximiano

**Assistência técnica:**

Adilson Vieira Semedo

Edson Mascarenhas de Oliveira

Francisco Osvaldino Monteiro

Ivanilda Cabral Semedo

**Revisão:**

Ana Sousa

Cláudia Vieira

Francisco Osvaldino Monteiro

**Capa:** Ana Matilde Sousa

**Impressão:** Imprensa Nacional de Cabo Verde

**Tiragem:** 200 exemplares

**Parceiro:** Unidade de Coordenação da Reforma do Estado

Março de 2016, 1ª Edição

## INDICE GERAL

|   |    |
|---|----|
| 1. Enquadramento.....   | 1  |
| 2. CARACTERIZAÇÃO DE CAPITAL HUMANO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO (ADMINISTRAÇÃO DIRECTA, INDIRECTA, FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS).....       | 2  |
| 2.1. EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....   | 2  |
| 2.1.1. Emprego na Administração Direta agrupada por Áreas Funcionais ou Sector de Atividade.....  | 4  |
| 2.1.2. Pessoal dirigente e de Chefia Operacional na Administração Direta.....   | 6  |
| 2.1.3. Pessoal Médico e Enfermeiro na Administração Direta.....   | 7  |
| 2.1.4. Pessoal Docente na Administração Direta do Estado.....   | 8  |
| 2.1.5. Funcionários da Policia Nacional (PN) na Administração Direta do Estado.....   | 9  |
| 2.2. ESTRUTURA DE CARREIRA.....   | 10 |
| 2.2.1. Funcionários na Administração Direta agrupados segundo a Estrutura de Carreira.....  | 11 |
| 2.2.2. Funcionários na Administração Direta agrupados segundo a classificação jurídica.....   | 11 |
| 2.3. ESTRUTURA ETÁRIA.....  | 12 |
| 2.3.1. Funcionários na Administração Direta do Estado segundo a estrutura etária.....   | 13 |
| 2.3.1.1. Estrutura de idade do pessoal dirigente na Administração Direta.....   | 15 |
| 2.4. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS.....   | 16 |
| 2.4.1. Nível de formação do pessoal dirigente na Administração Direta.....  | 19 |
| 2.5. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FUNCIONÁRIOS.....  | 20 |
| 2.5.1. Funcionários na Administração pública Direta distribuídos nos concelhos ou ilhas onde estão a exercer as suas funções.....                 | 23 |
| 2.5.1.1. Distribuição dos médicos e enfermeiros na Administração pública Direta, tendo em conta a ilha onde estão a exercer as suas funções.....  | 23 |
| 2.5.1.2. Distribuição do Pessoal Docente na Administração Direta por ilha onde estão a exercer as suas funções.....                               | 24 |
| 2.5.1.3. Distribuição dos funcionários da PN na Administração pública Direta, tendo em conta o concelho onde estão a exercer as suas funções..... | 25 |
| 2.6. ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE.....  | 25 |
| 2.7. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA.....   | 27 |
| 2.7.1. Evolução de salário base na Administração Direta do Estado.....  | 28 |
| 2.7.2. Despesas remuneratórias anuais na Administração pública Direta por departamento governamental.....   | 30 |
| 2.7.3. Despesa Anual com as remunerações dos funcionários na Administração Pública Direta por Áreas Funcionais ou Sector de Atividades.....       | 31 |
| 2.7.4. Estrutura remuneratória dos funcionários na Administração pública Direta por departamento governamental.....                               | 32 |

|          |   |    |
|----------|---|----|
| 2.7.4.1. | Estrutura de remuneratória do pessoal dirigente ..... | 33 |
| 3.       | FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS.....                      | 34 |
| 3.1.     | ESTRUTURA DE CARREIRA.....                            | 36 |
| 2.7.     | HABILITAÇÕES LITERÁRIAS .....                         | 38 |
| 3.3.     | ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE .....                        | 39 |
| 3.4.     | ESTRUTURA ETÁRIA.....                                 | 39 |
| 3.5.     | DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FUNCIONÁRIOS .....        | 40 |
| 3.6.     | ESTRUTURA REMUNERATÓRIA.....                          | 42 |
| 4.       | APOSENTADOS .....                                     | 43 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1: Emprego na Administração Direta por sexo (%) .....   | 3  |
| Gráfico 2: Emprego na Administração Direta segundo o regime geral e especial .....  | 4  |
| Gráfico 3: Emprego na Administração Direta por Áreas Funcionais e por Sectores de Atividade (%).....  | 5  |
| Gráfico 4: Distribuição do pessoal dirigente e de chefia operacional na Administração Pública Direta por género.....                              | 6  |
| Gráfico 5: Médicos e Enfermeiros na Administração Direta do Estado distribuídos por Categoria Profissional .....                                  | 7  |
| Gráfico 6: Pessoal Docente na Administração Direta do Estado distribuído por sexo .....   | 8  |
| Gráfico 7: Agentes da Policia Nacional na Administração Direta do Estado distribuído por sexo. ....   | 9  |
| Gráfico 8: Funcionários da polícia nacional distribuídos na Administração Direta por Categoria Profissional.....                                  | 10 |
| Gráfico 9: Funcionários na Administração Direta agrupados segundo a Estrutura de Carreira (%) .....   | 11 |
| Gráfico 10: Distribuição dos Funcionários na Administração Direta agrupados segundo a classificação jurídica (%). ....                            | 12 |
| Gráfico 11: Distribuição dos funcionários na Administração Direta do Estado segundo a estrutura etária (%).....                                   | 13 |
| Gráfico 12: Idade Média de funcionários na Administração Direta do Estado por departamento governamentais (anos).....                             | 15 |
| Gráfico 13: Distribuição dos dirigentes na Administração pública Direta por estrutura etária ..   | 16 |
| Gráfico 14: Distribuição dos funcionários na Administração pública Direta por nível de habilitacional (%).....                                    | 18 |
| Gráfico 15: Distribuição dos funcionários na Administração pública Direta por Nível de escolaridade (%).....                                      | 19 |
| Gráfico 16: Nível de Formação académica dos dirigentes na Administração pública Direta. ....  | 19 |
| Gráfico 17: Funcionários na Administração Direta distribuído segundo a nacionalidade (%)... ..  | 20 |
| Gráfico 18: Funcionários na Administração pública Direta distribuído por ilhas onde nasceram. ....  | 22 |
| Gráfico 19: Funcionários na Administração pública Direta distribuídos por ilha.....   | 23 |
| Gráfico 20: Médicos e enfermeiros na Administração pública Direta distribuído por concelho  | 24 |
| Gráfico 21: Distribuição dos Pessoal Docente por ilha.....  | 24 |
| Gráfico 22: Distribuição dos Agentes da POP na Administração pública Direta, tendo em conta o concelho .....                                      | 25 |
| Gráfico 23: Distribuição dos funcionários na Administração pública Direta por tempo de serviço (em anos).....                                     | 25 |
| Gráfico 24: Funcionários na Administração Direta com tempo de serviço > = 30 anos, distribuição por departamentos governamentais. ....            | 27 |
| Gráfico 25: Evolução de salário base na Administração Direta segundo alguma carreira profissional.....  | 29 |
| Gráfico 26: Despesa Anual com as remunerações dos funcionários da Administração Pública Direta por Áreas Funcionais ou Sector de Actividade. .... | 31 |
| Gráfico 27: Estrutura de remuneratório dos funcionários na Administração pública Direta mensal (em milhares de escudos).....                      | 33 |
| Gráfico 28: Estrutura de remuneratória do pessoal dirigente (em milhares de escudos) .....  | 34 |

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 29: Emprego no Fundo e Serviços Autónomas por sexo (%) .....  | 36 |
| Gráfico 30: Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas agrupados segundo a Estrutura de Carreira (%).....                       | 36 |
| Gráfico 31: Distribuição dos Funcionários nos Fundos e Serviços Autónomas agrupados segundo a classificação jurídica (%). ..... | 37 |
| Gráfico 32: Distribuição dos Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas distribuído por tipo de vínculo (%). .....              | 37 |
| Gráfico 33: Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autónomas por Nível de escolaridade (%). .....                    | 38 |
| Gráfico 34: Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autónomas por tempo de serviço (em anos).....                     | 39 |
| Gráfico 35: Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autónomas segundo a estrutura etária (%).....                     | 40 |
| Gráfico 36: Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas distribuído segundo a nacionalidade (%).....                             | 40 |
| Gráfico 37: Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas distribuídos por ilhas onde residem .....                                | 41 |
| Gráfico 38: Distribuição dos Aposentados por género .....   | 43 |
| Gráfico 39: Estrutura de pensão dos aposentados mensais (em milhares de escudos).....   | 44 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1: Emprego na Administração Pública Direta por departamento governamental e sexo ..  | 2  |
| Tabela 2: Pessoal Dirigentes na Administração Direta por nível.....   | 6  |
| Tabela 3: Emprego docente na Administração Direta do Estado por nível de ensino e género....  | 8  |
| Tabela 4: Número de funcionários sem registo de informação sobre Habilitações Académicas na Administração pública Direta distribuídos por centro de custo ..... | 17 |
| Tabela 5: Número dos funcionários nacionais de outros Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, distribuídos por centro de custo.....                      | 21 |
| Tabela 6: Distribuição dos funcionários na Administração pública Direta por Ilha e Concelhos .....  | 22 |
| Tabela 7: Despesa Anual com as remunerações dos funcionários da Administração Pública Direta por centro de custo .....  | 30 |
| Tabela 8: Salário médio mensal na Administração Pública Direta por centro de custo.....   | 32 |
| Tabela 9: Emprego no Fundo e Serviços Autónomas por departamento governamental e sexo   | 34 |
| Tabela 10: Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autónomas por Ilha e Concelhos .....   | 41 |
| Tabela 11: Despesa Anual com as remunerações dos funcionários nos FSA por centro de custo .....   | 43 |
| Tabela 12: Impacto financeiro mensal dos Aposentados por sexo.....  | 44 |

## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Estado de Cabo Verde vem assumindo a valorização do Capital Humano como um dos seus grandes desafios. Esta assunção implica um exaustivo e extensivo conhecimento da sua situação em aspectos como: a sua distribuição pelos vários departamentos governamentais, tanto a nível da Administração central como ao de Fundos e Serviços Autónomos do Estado; o nível de escolaridade; a situação em termos de antiguidade e estrutura etária, entre outros. O compromisso é conhecer melhor este recurso estratégico para melhor projectar as medidas estruturantes da sua gestão.

O sector da Administração Pública Directa conta com 18.327 funcionários distribuídos pelos diferentes departamentos governamentais. De entre os departamentos, o MED alberga 48,9% dos funcionários. Em termos de distribuição do capital Humano por sexo, destaca-se o domínio dos funcionários do sexo masculino (52%).

Considerando o regime de enquadramento, 51% dos funcionários da administração directa estão no regime especial. Concernente às áreas funcionais, a grande maioria dos funcionários pertence ao sector da educação, investigação e cultura (50,9%), seguido pelo sector de Justiça e Defesa (17,6%).

Em termos de pessoal dirigente e de chefia na administração directa, existem 736 funcionários a exercerem em comissão de serviço, o cargo de dirigente e de chefia operacional, 90,1% são dirigentes intermédias.

Analisando a situação dos funcionários por carreira, constata-se que na carreira dos médicos, a grande maioria encontra-se na categoria de médicos gerais (63%). Quantos aos enfermeiros, 73,3% pertencem a categoria de enfermeiros gerais. A nível do pessoal docente, o sector com maior número de funcionários a nível de administração pública (8.228), 58,6% encontram-se no ensino básico e 1,6% no ensino superior. 58% dos docentes são do sexo feminino. A nível da PN, a maior percentagem (35,3%) são Agentes de 2ª classe. A categoria Agentes Principais representa apenas 13%. Em termos da classificação jurídica, 52,8% dos funcionários da Administração Pública Directa estão na situação de nomeados, 24,5% encontram-se em situação de contrato e 17,5% encontram-se em situações diversas (Nomeação em Comissão Ordinária de Serviço, Licenças, Contrato de Gestão, entre outros).

No concernente à estrutura etária, 60% dos funcionários têm idade superior a 40 anos e 23,2% têm idade inferior ou igual a 34 anos.

No tópico habilitações literárias, destaca-se a necessidade de actualização desta informação. Contudo, dos 4.139 funcionários com informações actualizadas, nota-se que 28,8% tem formação superior que conferente ao grau de licenciatura e 18,3% tem formação a nível do ensino secundário.

A análise da distribuição geográfica dos funcionários, inclui os itens da nacionalidade, naturalidade e a sua distribuição nos concelhos e ilhas onde exercem as suas funções. Incidindo sobre a nacionalidade, os dados apontam para uma percentagem residual de funcionários não cabo-verdianos (PALOP, 0,9%), empregados sobretudo no MED. Em termos de naturalidade, cerca de metade (50.15%) dos funcionários são naturais dos concelhos da ilha de Santiago e 13% da ilha de São Vicente. Quando de distribuição de funcionários por ilha, os dados mostram que a ilha de Santiago acolhe cerca de 70,9%.

Na estrutura de antiguidade, do universo de 18.327 funcionários, 31,5% têm entre 10 e 19 anos de serviço e 26,7% estão entre 20 e 29 anos de serviço. Com mais de 30 anos de serviços encontram-se uma percentagem a volta de 18%. Importante percentagem dos funcionários públicos tem menos de 10 anos de serviço (23,9%).

No campo da estrutura remuneratória, os dados destacam a evolução do salário de base em algumas carreiras, dos anos antes de 2000 a 2010, com ênfase para o quadro comum, inspecção das finanças e quadro dos médicos. De 2010 a 2014, com excepção do quadro comum, não houve actualização da grelha salarial. Em termos de despesas salariais no quadro do orçamento geral do Estado, o departamento governamental com maior despesa é o MED (cerca de 51 %). Em termos de áreas funcionais com mais despesa, destaca-se a Educação, Investigação e Cultura (54%). Realça-se ainda que a remuneração média mensal ronda os 54.960\$00, sendo que o Ministério da Defesa Nacional tem uma média quase 5 vezes maior (240.296\$00).

Relativamente aos serviços e fundos autónomos, enquanto parte integrante da administração pública, verifica-se que a maioria (51%) dos funcionários são do sexo

feminino. Em termos de estrutura de carreira dos funcionários dos Fundos e Serviços Autónomos, a categoria Pessoal de Apoio recolhe cerca 54,9%. Em termos de situação jurídica, 39,4% encontram-se na categoria Contratados. Concernente ao de tipo de vínculo, 56% dos funcionários integra o grupo pessoal de quadro. No quesito nível de escolaridade, 24,4 % dos funcionários possuem o ensino superior.

A maioria (33,2%) dos funcionários dos FSA possui entre 20 e 29 anos de serviço. Em termos de estrutura etária, mais de 98% tem idade igual ou superior a 30 anos. Tomando como análise a distribuição dos funcionários de FSA por ilhas, confirma-se 62,9% residem na ilha de Santiago, com destaque para o concelho da Praia (26,4%). O salário médio mensal no FSA é de 36.086\$00, tendo com salário mínimo 7.777\$00 e máximo 565.108\$00. Em termos de despesas, o Ministério de Ensino Superior, Ciência e Inovação destaca-se com cerca de 36,5%.

Relativamente aos aposentados, os dados mostram que a maioria é do sexo masculino (61%). O impacto financeiro mensal com os aposentados ronda os 262.217.047\$00 (duzentos e sessenta e dois milhões, duzentos e dezassete mil e quarenta e sete escudos), sendo que 30,8% dos aposentados recebem uma pensão que varia de 51 mil até 100 mil escudos mensais.

## **1. Enquadramento**

Um dos principais recursos de qualquer organização, quer pública, quer privada, são as pessoas. Para o sector da Administração Directa do Estado, tais recursos constituem a sua maior riqueza, uma vez que, através de estruturas e carreiras, asseguram a prestação do serviço público de qualidade e a prossecução do interesse público.

A planificação do Capital Humano no sector da Administração Directa é uma tarefa fundamental para o cumprimento dos objectivos estratégicos e da sua missão. Daí a necessidade de produzir dados que permitam fazer a sua caracterização e que sirvam de base de apoio na tomada de decisões.

O Balanço Social constitui um instrumento de planeamento e gestão dos Capital Humano inserido no ciclo anual de gestão. Tem como objectivo fornecer informações essenciais sobre a situação social da organização do Capital Humano. Enquanto instrumento de planeamento, o Balanço Social constitui, um importante catalisador da transparência, eficiência e qualificação dos serviços e organismos do sector da Administração Directa.

Em termos metodológico, utilizou-se essencialmente a perspectiva descritiva dos vários indicadores das tabelas dinâmicas dos recursos humanos da administração pública, elaboradas a partir da base de dados do referido departamento estatal. Em situações pontuais, consultou-se algumas fontes bibliográficas de referência. Para clarificar alguns conceitos estruturantes, adicionou-se algumas notas de rodapé.

Torna-se importante ressaltar que o presente relatório abrange a Administração Directa do Estado e os Fundos e Serviços Autónomos (FSA), nomeadamente todos os departamentos governamentais do Estado. Tem como objectivo, apresentar o retrato dos Capital Humano, através da produção de um conjunto de indicadores definidos e analisados a partir das informações da tabela dinâmica de 2015.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DE CAPITAL HUMANO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO (ADMINISTRAÇÃO DIRECTA E FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS)

Uma adequada caracterização dos Capital Humano da Administração Pública do Estado implica a análise de diversos indicadores. Assim, nos parágrafos seguintes proceder-se-á com a análise de um amplo manancial de indicadores indispensável para a sua caracterização.

### 2.1. EMPREGO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

**Tabela 1:** Emprego na Administração Pública Directa por departamento governamental e sexo

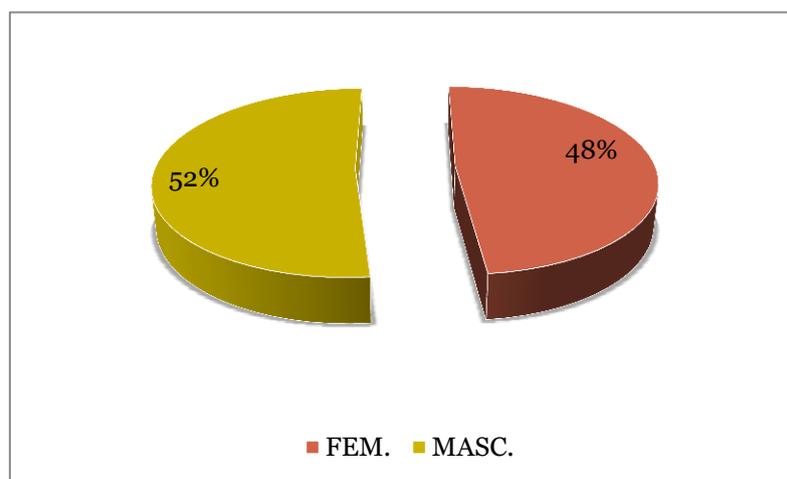
| DEPARTAMENTOS GOVERNAMENTAIS  | FEM.        | MASC.       | Total         | %              |
|---|-------------|-------------|---------------|----------------|
| GOV - Ministério Da Educação e Desporto                             | 5226        | 3734        | 8959          | 48,90%         |
| GOV - Ministério Da Administração Interna                           | 375         | 1920        | 2295          | 12,50%         |
| GOV - Ministério Do Desenvolvimento Rural                           | 409         | 1297        | 1706          | 9,30%          |
| GOV - Ministério Da Saúde   | 1098        | 591         | 1689          | 9,20%          |
| GOV - Ministério Das Finanças e do Planeamento                      | 480         | 553         | 1033          | 5,60%          |
| GOV - Ministério Da Justiça   | 303         | 320         | 623           | 3,40%          |
| GOV - Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH         | 186         | 120         | 306           | 1,70%          |
| GOV - Ministério Das Infra-Estruturas e Economia Marítima           | 110         | 194         | 304           | 1,70%          |
| GOV - Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação             | 134         | 129         | 263           | 1,40%          |
| GOV - Ministério Do Ambiente, Habitação e Ordenamento Do Território | 61          | 115         | 176           | 0,90%          |
| OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial                   | 78          | 89          | 167           | 0,90%          |
| GOV - Ministério Das Relações Exteriores                            | 64          | 80          | 144           | 0,80%          |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro                   | 61          | 53          | 114           | 0,60%          |
| GOV - Ministério Da Cultura   | 58          | 52          | 110           | 0,60%          |
| GOV - Ministério Do Turismo, Industria e Energia                    | 53          | 55          | 108           | 0,60%          |
| CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro                               | 41          | 40          | 81            | 0,40%          |
| GOV - Ministério Da Defesa Nacional                                 | 27          | 36          | 63            | 0,30%          |
| CHGOV - Secretaria de Estado de Administração Publica               | 29          | 15          | 44            | 0,20%          |
| OSOB - Tribunal De Contas   | 23          | 18          | 41            | 0,20%          |
| GOV - Ministério Das Comunidades                                    | 16          | 13          | 29            | 0,20%          |
| OSOB - Conselho Superior Do Ministério Publico                      | 9           | 9           | 18            | 0,10%          |
| CHGOV - Ministro-Adjunto do Primeiro Ministro                       | 8           | 6           | 14            | 0,10%          |
| OSOB - Supremo Tribunal De Justiça                                  | 5           | 6           | 11            | 0,10%          |
| CHGOV - Gabinete do Ministro da Reforma do Estado                   | 7           | 3           | 10            | 0,10%          |
| OSOB - Procuradoria-Geral Da República                              | 1           | 8           | 9             | 0,00%          |
| CHGOV - Ministro Dos Assuntos Parlamentares                         | 4           | 3           | 7             | 0,00%          |
| CHGOV - Secretário De Estado Adjunto Do Primeiro Ministro           | 1           | 2           | 3             | 0,00%          |
| <b>Total Geral</b>  | <b>8866</b> | <b>9461</b> | <b>18.327</b> | <b>100,00%</b> |

**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Da análise da **Tabela 1**, constata-se que a nível do sector da Administração Directa, existem cerca de 18.327 (dezoito mil trezentos e vinte e sete) funcionários, distribuídos pelos diferentes departamentos governamentais. O Ministério da Educação e Desporto é o departamento que absorve a maior percentagem dos funcionários do sector da Administração Directa, com 48,9% do total desses funcionários, seguido do Ministério de Administração Interna com 12,5% e do Ministério do Desenvolvimento Rural com 9,3%. Os seguintes quinze departamentos governamentais apresentam uma percentagem inferior a 1% do total dos funcionários: GOV – Ministério Do Ambiente, Habitação e Ordenamento Do Território, OSOB – Conselho Superior Da Magistratura Judicial, GOV - Ministério Das Relações Exteriores, CHGOV – Ministro Da Presidência Conselho Ministro, GOV – Ministério Da Cultura, GOV – Ministério Do Turismo, Industria e Energia, GOV – Gabinete do Primeiro Ministro, GOV – Ministério da defesa Nacional, CHGOV - Secretaria de Estado de Administração Pública, OSOB – Tribunal de Contas, GOV - Ministério Das Comunidades, OSOB – Conselho Superior do Ministério Público, CHGOV – Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro, OSOB – Supremo Tribunal de Justiça, CHGOV - Gabinete do Ministro da Reforma do Estado, OSOB – Procuradoria-Geral da República, CHGOV – Ministro dos Assuntos Parlamentares; CHGOV – Secretario de Estado Adjunto do Primeiro Ministro.

O **Gráfico 1**, elucida a distribuição dos Capital Humano na Administração Directa por sexo.

**Gráfico 1:** Emprego na Administração Directa por sexo (%)

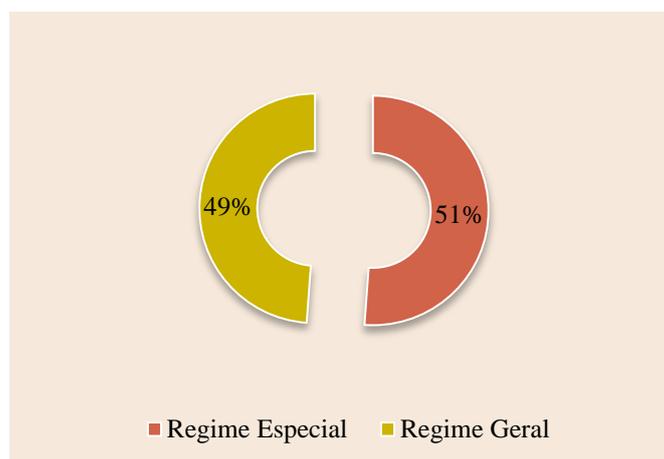


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

Da leitura do **Gráfico 1**, verifica-se que 52% do total dos funcionários da Administração Directa são do sexo masculino e 48% do sexo feminino. Se se considerar a taxa de feminização que ronda os 47,9% constata-se que não se verifica uma grande disparidade entre os sexos, devido ao espaço que as mulheres têm vindo a ocupar no mercado de trabalho, assumindo funções que anteriormente eram realizadas apenas por homens.

Um outro aspecto importante a observar é a distribuição dos funcionários tanto no quadro do regime geral, como no quadro do regime especial. De realçar que, do universo dos funcionários referido na Tabela 1, sobre a abrangência dos funcionários na administração Directa, pode-se constatar que 51% estão no regime especial e 49% no regime geral, como se pode conferir no Gráfico 2 seguinte.

**Gráfico 2:** Emprego na Administração Directa segundo o regime geral e especial

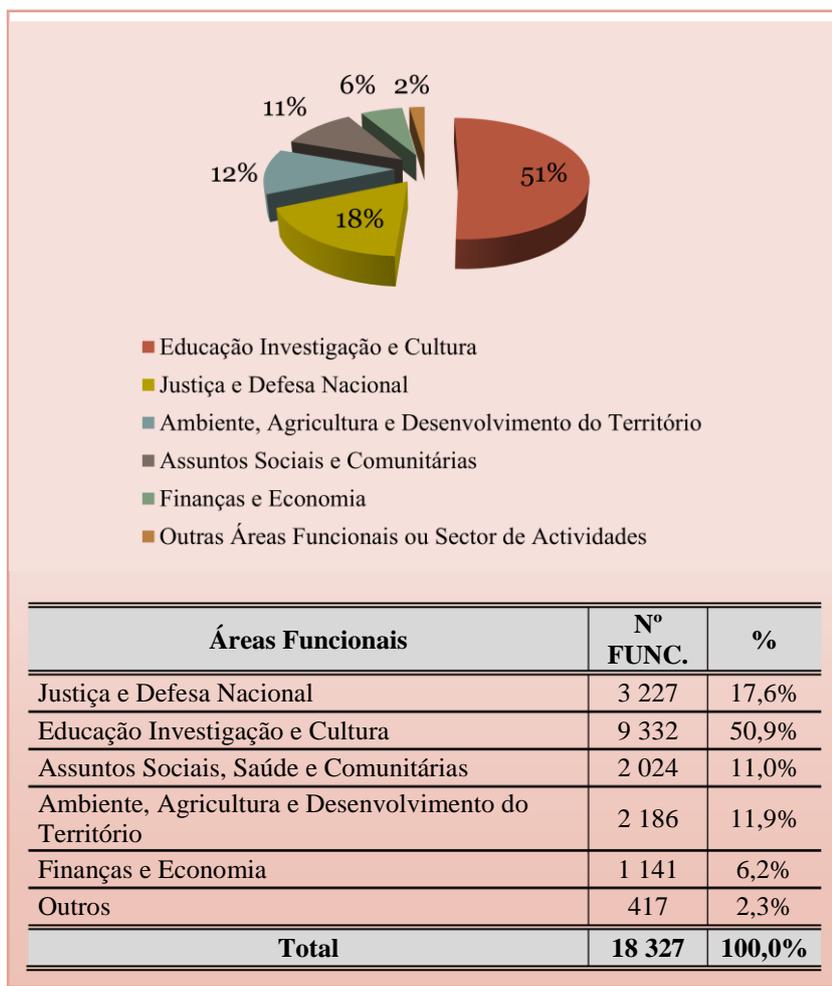


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### **2.1.1. Emprego na Administração Directa agrupada por Áreas Funcionais ou Sector de Actividade.**

A administração Pública também se caracteriza pelas actividades executadas e pelos serviços que presta aos seus utentes. Neste contexto, pode-se identificar neste sector, estruturas ou departamentos governamentais que produzem bens ou prestem serviços do mesmo 'tipo'. Daí a relevância em apresentar os funcionários na Administração Directa por áreas funcionais ou sector de actividade.

**Gráfico 3:** Emprego na Administração Direta por Áreas Funcionais e por Sectores de Atividade (%)<sup>1</sup>



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Da análise do Gráfico 3 supra, podemos apresentar as seguintes ilações:

- Do universo de 18.327 funcionários, verifica-se que, a maior percentagem dos funcionários pertence ao sector da Educação, Investigação e Cultura, com 50,9% seguido do sector da Justiça e Defesa Nacional com 17,6% e do sector do Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento do Território com 11,9%;

<sup>1</sup>

**Justiça e Defesa Nacional:** Ministério Da Justiça, Ministério Da Administração Interna, Ministério Da Defesa Nacional, Conselho Superior Da Magistratura Judicial, Conselho Superior Do Ministério Publico.  
**Educação Investigação e Cultura:** Ministério Da Educação e Desporto, Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação, Ministério Da Cultura  
**Assuntos Sociais e Comunitárias:** Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH, Ministério Das Comunidades, Ministério Da Saúde.  
**Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento do Território:** Ministério Do Ambiente, Habi. E Ordenamento Do Território, Ministério Do Desenvolvimento Rural, Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima.  
**Finanças e Economia:** Ministério Das Finanças e do Planeamento, Ministério Do Turismo, Industria e Energia.  
**Outros Áreas Funcionais ou Sector de Actividades:** Gabinete Do Primeiro Ministro, Gabinete do Ministro da Reforma do Estado, Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, Ministro Da Presidência Conselho Ministro, Ministro Dos Assuntos Parlamentares, Ministério Das Relações Exteriores, Secretaria de Estado de Administração Publica, Secretário De Estado Adjunto Do Primeiro Ministro

- No que diz respeito as outras áreas funcionais ou sector de atividades, são as áreas que apresentam menor percentagem de funcionários, nomeia-se as seguintes: Gabinete Do Primeiro-ministro, Ministro Da Presidência Conselho Ministro, Secretaria de Estado de Administração Publica, Ministério Das Relações Exteriores, Ministro Dos Assuntos Parlamentares, Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, Gabinete do Ministro da Reforma do Estado, Procuradoria Geral Da República, Tribunal De Contas. Representado no seu todo cerca de 2,3% do total de funcionários.

### 2.1.2. Pessoal dirigente e de Chefia Operacional na Administração Directa

Os cargos de dirigentes e de chefia na Administração Pública compreendem os cargos de direcção, gestão, coordenação e controlo dos serviços e organismos públicos. Os cargos dirigentes qualificam-se em cargos de direcção superior e cargos de direcção intermédia, e em função do nível hierárquico, das competências e das responsabilidades que lhes estão cometidas.

De acordo com os dados da tabela dinâmica de 2015, na administração Directa, existe cerca de 736 funcionários a exercerem em comissão de serviço, o cargo dirigente e de Chefia Operacional, sendo 90,1% designado dirigentes intermédios e 9,9% dirigentes superiores, conforme ilustra a **Tabela 2 seguinte**.

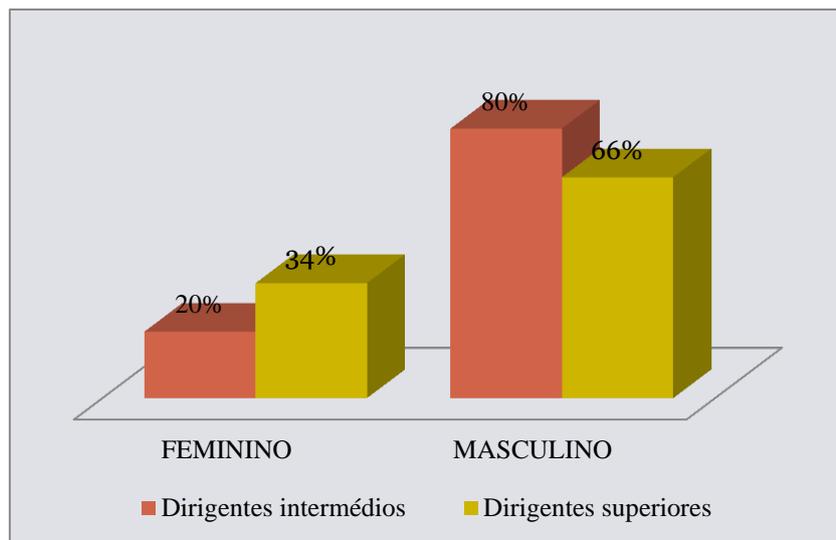
**Tabela 2:** Pessoal Dirigentes na Administração Directa por nível

| <b>Cargos Dirigentes</b> | <b>Nº Dirigente</b> | <b>%</b>      |
|--------------------------|---------------------|---------------|
| Dirigentes Intermédios   | 663                 | 90,1%         |
| Dirigentes Superiores    | 73                  | 9,9%          |
| <b>TOTAL</b>             | <b>736</b>          | <b>100,0%</b> |

**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

Em relação a distribuição dos dirigentes por sexo, pode-se ler, através do gráfico 4 que se segue, que 80% dos dirigentes intermédios são do sexo masculino e 20% do sexo feminino. Enquanto que, dos dirigentes superiores, nota-se que 66% são do sexo masculino e 34% do sexo feminino. Desta forma, pode-se concluir que a maioria dos cargos dirigentes, tanto intermédios como superiores é ocupada pelos funcionários do sexo masculino.

**Gráfico 4:** Distribuição do pessoal dirigente e de chefia operacional na Administração Pública Direta por género



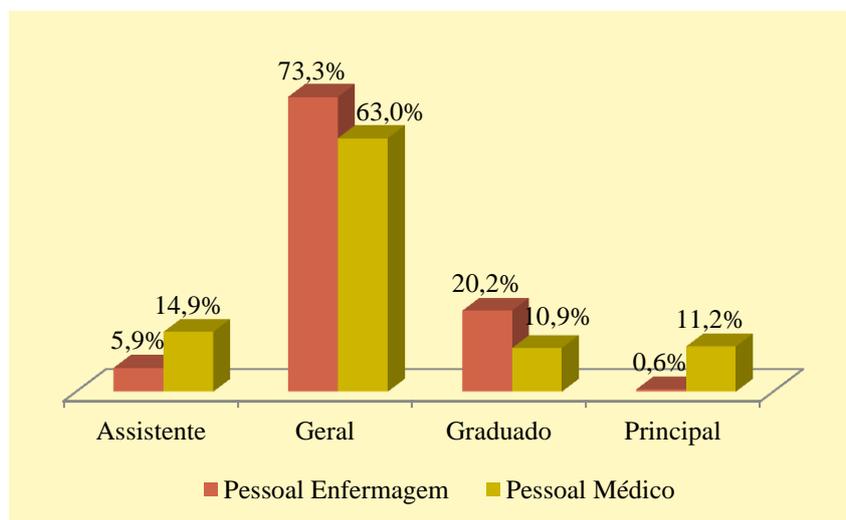
Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

### 2.1.3. Pessoal Médico e Enfermeiro na Administração Directa

Considerando os dados da tabela dinâmica de 2015, nota-se que a nível da administração pública Directa, o sistema de saúde Cabo-verdiano conta com 276 médicos e 506 enfermeiros distribuídos nas diferentes ilhas e concelhos do país, perfazendo um total de 782.

Em termos de categoria profissional, o gráfico 5 seguinte ilustra a situação.

**Gráfico 5:** Médicos e Enfermeiros na Administração Direta do Estado distribuídos por Categoria Profissional



Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

Nota-se, através do gráfico 5, que na carreira dos médicos, a grande maioria pertence à categoria de médicos gerais (63%), seguido da categoria de médicos assistentes (14,9%). Menores percentagens recaem sobre as categorias de médicos principal (11,2%) e de médicos graduados (10,9%).

Quanto a carreira dos enfermeiros, constata-se que, a mesma, é constituída maioritariamente por enfermeiros gerais, com uma percentagem de 73,3%, seguida dos enfermeiros graduados, assistentes e principais com 20,2%, 5,9% e 0,6% respectivamente.

#### 2.1.4. Pessoal Docente na Administração Directa do Estado

A carreira docente constitui uma das carreiras com maior número de funcionários a nível do sector da administração pública, absorvendo uma parte considerável do bolo do orçamento do Estado em relação às despesas com o pessoal. A administração pública Directa tem cerca de 8.228 efectivos na carreira do pessoal docente, distribuído por nível de ensino e sexo. A Tabela 3 seguinte indica que 58,6% do total dos efectivos na carreira do pessoal docente encontram-se no nível do Ensino Básico, 39,8% no Ensino secundário e apenas 1,6% estão no nível do Ensino Superior.

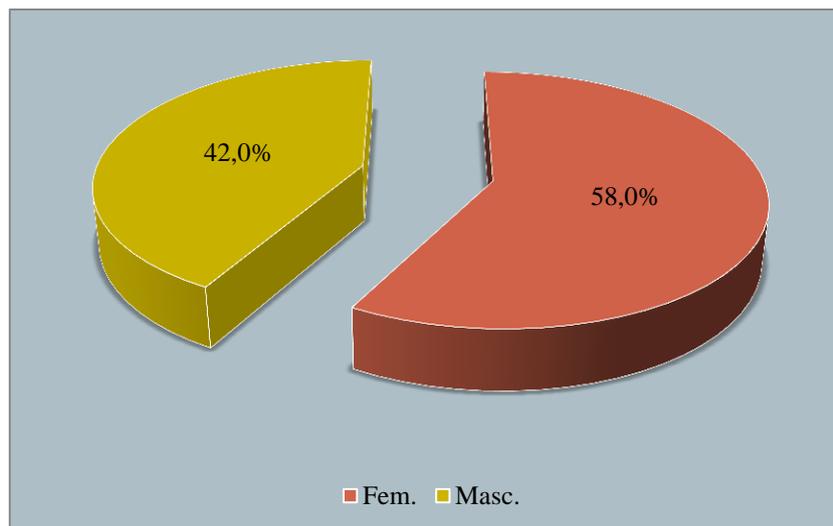
**Tabela 3:** Emprego docente na Administração Directa do Estado por nível de ensino e género.

| <b>Professores</b> | <b>Fem.</b> | <b>Masc.</b> | <b>Nº Docentes</b> | <b>%</b>      |
|--------------------|-------------|--------------|--------------------|---------------|
| Ensino Básico      | 2957        | 1862         | 4819               | 58,6%         |
| Ensino Secundário  | 1756        | 1518         | 3274               | 39,8%         |
| Ensino Superior    | 62          | 73           | 135                | 1,6%          |
| <b>TOTAL</b>       | <b>4775</b> | <b>3453</b>  | <b>8228</b>        | <b>100,0%</b> |

Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

Quanto a distribuição dos docentes por sexo, o Gráfico 6 seguinte ilustra claramente uma maior representação dos docentes do sexo feminino, 58% contra 42% do sexo masculino. Sendo assim, o índice de feminização na carreira docente, como se pode ver é de 58%.

**Gráfico 6:** Pessoal Docente na Administração Directa do Estado distribuído por sexo



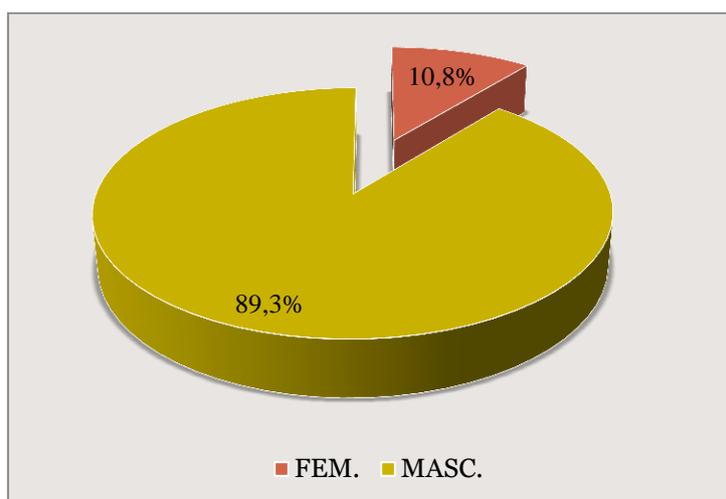
Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 2.1.5. Funcionários da Polícia Nacional (PN) na Administração Directa do Estado

Em termos gerais, a actividade da PN é a de assegurar a segurança das pessoas e bens, no quadro das leis da república.

De acordo com os dados da tabela dinâmica de 2015, dos 2000 funcionários policiais, 1785 são do sexo masculino correspondente em termos de percentagem a 89,3% e 215 são do sexo feminino, correspondendo a 10,8% (cf. Gráfico 7). Com base nos dados, evidencia-se uma clara prevalência dos funcionários policiais do sexo masculino em relação aos do sexo feminino.

Gráfico 7: Agentes da Polícia Nacional na Administração Directa do Estado distribuído por sexo.

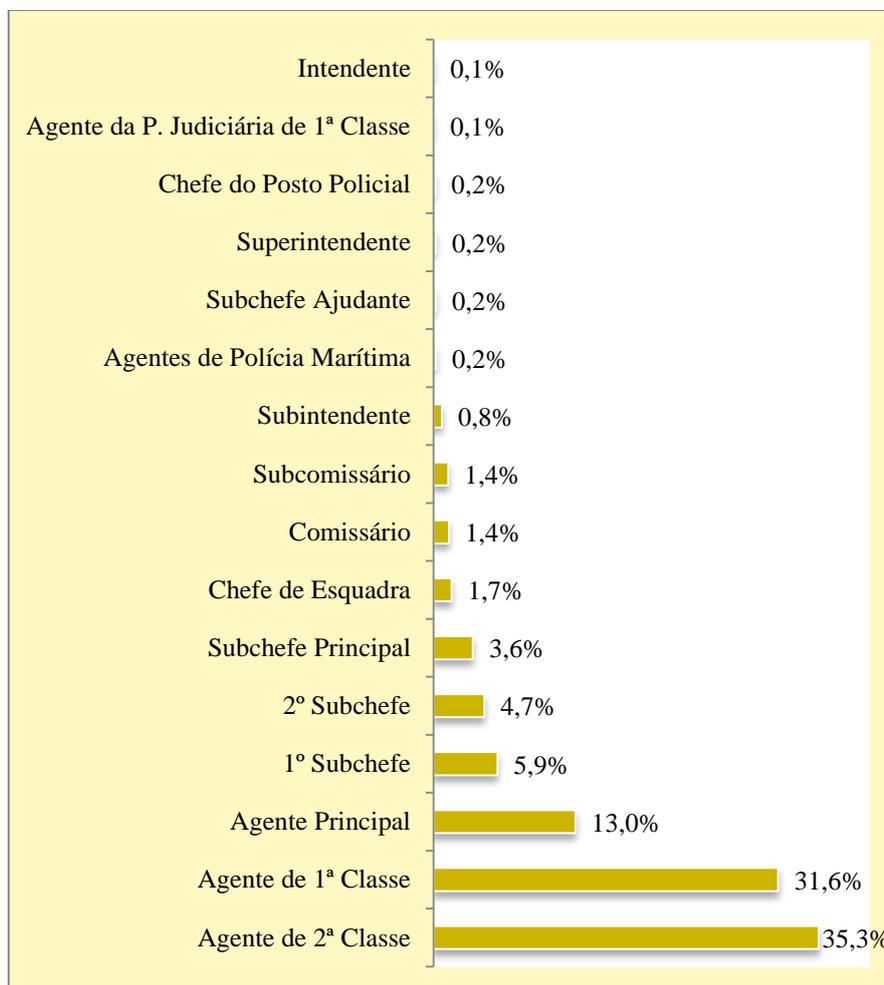


Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2014

Em relação a distribuição dos funcionários da polícia nacional segundo a categoria profissional, pode-se ler no gráfico 8 seguinte que a maioria são agentes da 1ª e 2ª

classe. Com efeito, 31,6% são Agentes da 1ª Classe e 35,3% Agentes da 2ª Classe. Seguem essas duas categorias a de Agentes Principais com 13%.

**Gráfico 8:** Funcionários da polícia nacional distribuídos na Administração Direta por Categoria Profissional



Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

## **2.2. ESTRUTURA DE CARREIRA**

A estrutura de carreira na Administração Pública constitui um outro indicador importante destacar neste relatório. Carreira são categorias ou conjunto hierarquizado de categorias às quais correspondem funções da mesma natureza, onde se integram os funcionários que podem ser de carreiras gerais ou especiais.

Os gráficos apresentados nos pontos 2.2.1 e 2.2.2, caracterizam a distribuição dos funcionários na Administração Directa segundo a classificação jurídica e agrupados por estrutura de carreira.

### 2.2.1. Funcionários na Administração Directa agrupados segundo a Estrutura de Carreira

Como se pode notar através do Gráfico 9 seguinte, a carreira do pessoal docente e de investigação apresenta maior percentual dos funcionários da Administração Directa, representando 44,9%, seguido do Pessoal de Apoio e de Segurança com 27,3% e 9,8% respectivamente. Torna-se também importante frisar que os funcionários do pessoal diplomático e de justiça representam apenas 0,3% na estrutura de carreira.

**Gráfico 9:** Funcionários na Administração Directa agrupados segundo a Estrutura de Carreira (%)



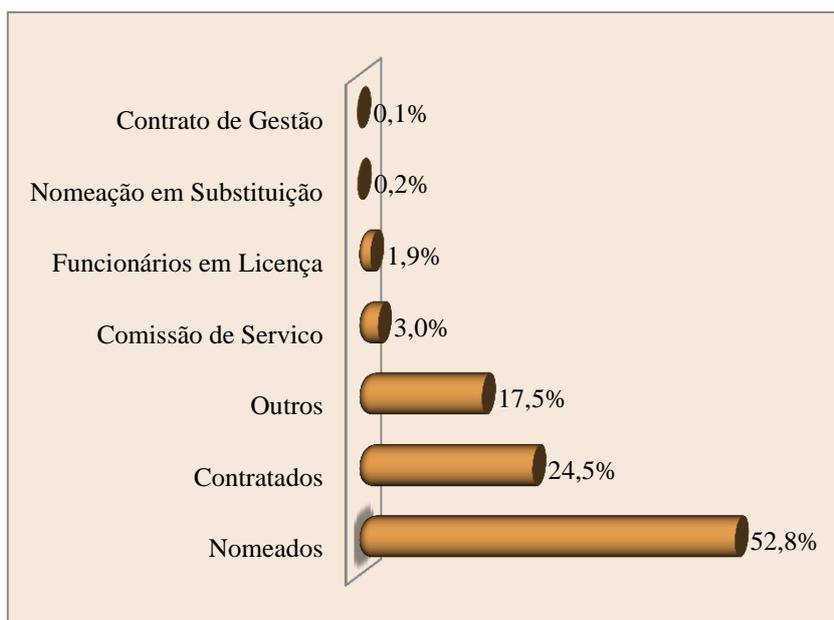
Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

### 2.2.2. Funcionários na Administração Directa agrupados segundo a classificação jurídica.

A relação jurídica de emprego entre os funcionários e a Administração Pública, tanto por via da nomeação como por via de contrato, constitui outro factor de importância significativa na gestão eficaz e eficiente dos RH.

O gráfico a seguir apresentado, Gráfico 10, representa a distribuição dos funcionários na Administração Directa, agrupado segundo a classificação jurídica.

**Gráfico 10:** Distribuição dos Funcionários na Administração Directa agrupados segundo a classificação jurídica (%).



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

Como se pode observar no Gráfico 10 acima apresentado, 52,8% dos funcionários possuem um vínculo definitivo, uma vez que são nomeados. O mesmo gráfico mostra que 24,5% dos funcionários estão numa situação de contrato, que constitui uma modalidade de vínculo de emprego público, através do, qual uma pessoa singular presta a sua actividade a um empregador público, de forma subordinada e mediante remuneração.

De destacar que 17,5% dos funcionários encontram-se em outras situações, nomeadamente: Rescisão De Contrato; Exoneração; Inactivo; Desvinculado Por Morte; Despedimento; Desvinculação; Desligação de Serviço para efeito de Aposentação; Transição (Nos Termos Do Artigo 61º Do PCCS); Aplicação de pena disciplinar expulsiva; Aposentação Compulsiva; Aposentação Definitiva, etc. Também é de realçar que 2,1% dos funcionários da Administração publica Directa estão em situação de licença.

### **2.3. ESTRUTURA ETÁRIA**

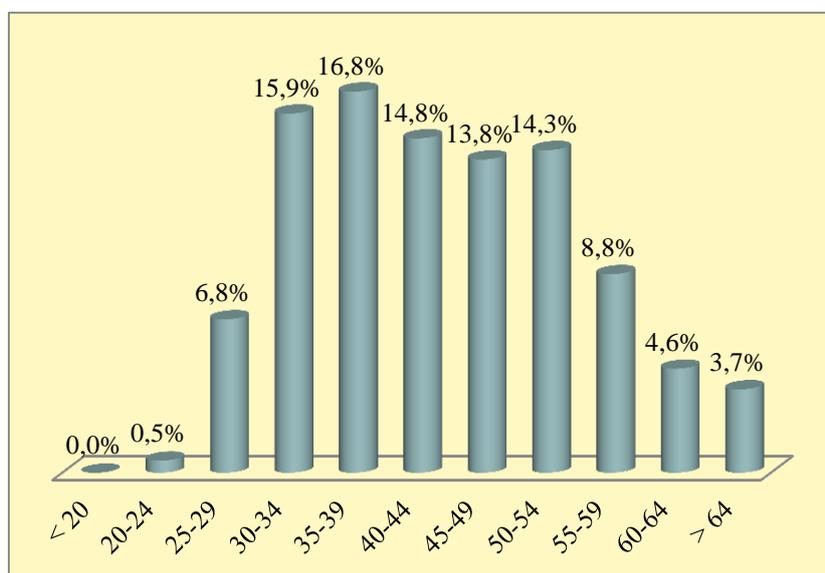
A partir da análise da estrutura etária observa-se que na Administração Directa do Estado, considerando a idade dos funcionários em análise, nota-se que estes possuem

idade compreendida entre os 21 e os 97 anos. A média de idade ronda os 44 anos e o índice de juventude<sup>2</sup> e de renovação<sup>3</sup> é de 67 e 55 respectivamente.

### 2.3.1. Funcionários na Administração Directa do Estado segundo a estrutura etária.

Observando o Gráfico 11 seguinte, constata-se que cerca de 60% dos funcionários têm a idade superior ou igual a 40 anos e 23,2% têm idade inferior ou igual a 34 anos. Entretanto, nota-se que a faixa etária com maior número de funcionários é a compreendida entre 35 e 39 anos, representando cerca de 16,8% do total de 18.327 funcionários.

**Gráfico 11:** Distribuição dos funcionários na Administração Directa do Estado segundo a estrutura etária (%)



Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

O **Gráfico 12 seguinte**, faz referência à idade média na Administração Directa do Estado por departamentos governamentais. Da análise pode-se verificar o seguinte:

- A Procuradoria-Geral Da República possui maior média de idade (55 anos), seguido do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território cuja média de 53 anos e do Ministério de Desenvolvimento Rural e Ministério

<sup>2</sup>Definida como o quociente entre o número de funcionários com idades inferiores aos 39 anos e o número de funcionários com idades iguais ou superiores aos 40 anos (expressa habitualmente por 100 (102) funcionários com 40 ou mais anos).

Fonte: DGAEP/DEEP

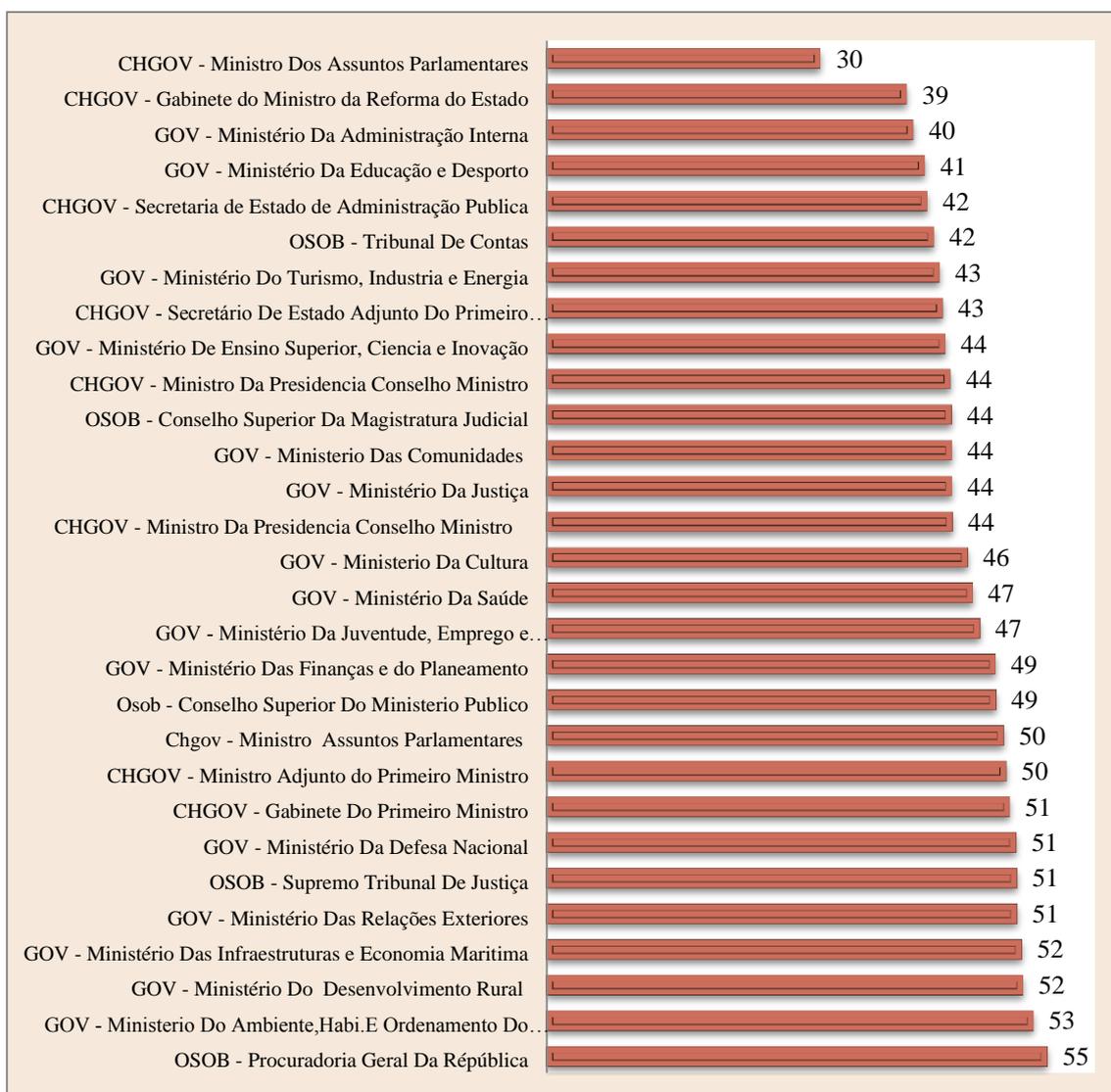
<sup>3</sup>Definida como o quociente entre o número de funcionários com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de funcionários com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (102) funcionários com 55-64 anos).

Fonte: DGAEP/DEEP

Das Infra-estruturas e Economia Marítima em que a média de idade é de 52 anos em ambos os Ministério;

- O Ministério da Educação e Desporto, apesar de possuir o maior número de funcionários na Administração Directa, sendo na sua maioria pertencentes ao quadro docente, a média de idade é de 41 anos, ocupando assim, a quarta posição de entre os departamentos governamentais com a menor média de idade num universo de 30 departamentos. Entretanto, é de se realçar que o limite de idade para o exercício de funções pelos docentes é de 65 anos e a idade de aposentação voluntária para os docentes é fixado em 55 anos (cf. Artigos 75º e 76º do Decreto-Lei nº 69/2015, de 12 de Dezembro);
- O Gabinete do Ministro Dos Assuntos Parlamentares possui a menor média de idade (30 anos), contendo funcionários com idade compreendida entre os 27 e 35 anos.

**Gráfico 12: Idade Média de funcionários na Administração Directa do Estado por departamento governamentais (anos)**



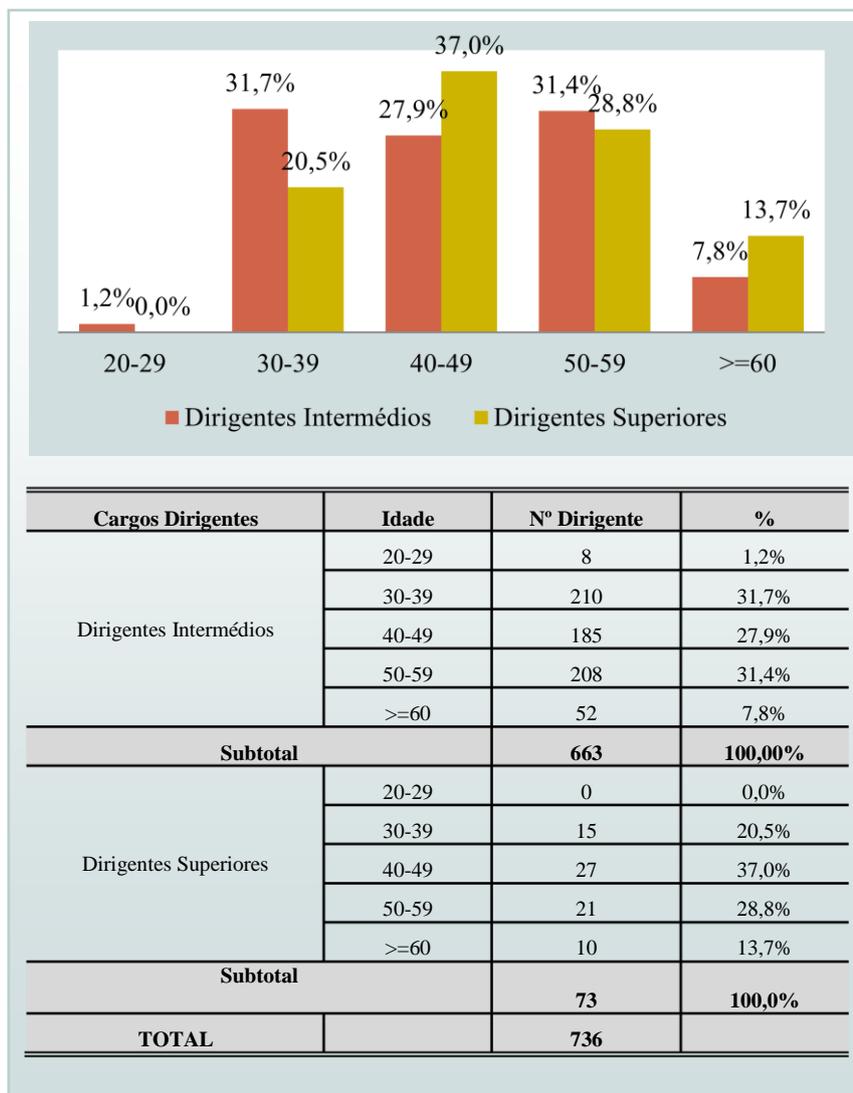
**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 2.3.1.1. Estrutura de idade do pessoal dirigente na Administração Directa

Da análise do Gráfico 13 seguinte, dos 736 dirigentes intermédios e superiores da administração pública, constata-se que em relação aos dirigentes intermédios 31,7% estão com idade compreendida entre 30 e 39 anos e 27,9% estão com idade entre 40 e 49 anos. Nota-se também que 1,2% têm menos que 30 anos e 7,8% têm idade igual e superior a 60 anos.

Quanto aos dirigentes superiores, de realçar que, 28,8% estão com idade compreendida entre os 50 e 59 anos e 37% têm idade entre os 40 e 49 anos. Ainda assim, um grupo considerável de dirigentes superiores, estão com a idade entre 30 e 39 anos (20,5%), 13,7% têm mais que 60 anos.

**Gráfico 13:** Distribuição dos dirigentes na Administração pública Directa por estrutura etária



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2014

## 2.4. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

O nível de escolaridade dos funcionários na Administração Direta tem vindo a aumentar no decorrer dos anos, resultado de uma aposta pública e individual forte no setor da educação e formação, permitindo assim maior aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências de modo a alcançar maiores níveis de eficácia e eficiência e prestar um serviço público de qualidade aos utentes, no quadro dos desafios que o país vem assumindo.

Os dados da tabela dinâmica do ano 2015 não ilustram de forma clara esta realidade, por ser uma informação que ainda não se encontra, de todo, actualizada na base de dados da

Administração Pública. Devido a este fato, pode-se notar que, do universo de 18.327 funcionários, 78% (cerca de 14.189 funcionários) não têm registro das informações referente ao nível de escolaridade. Neste quadro, o destaque vai para o Ministério da Educação e Desporto com cerca de 7.070 funcionários sem esta informação actualizada. Os outros ministérios com números significativos de funcionários sem informações actualizadas sobre o nível de escolaridade é o da Administração Interna (2063) e do Desenvolvimento Rural (1452) (cf. Tabela nº 4).

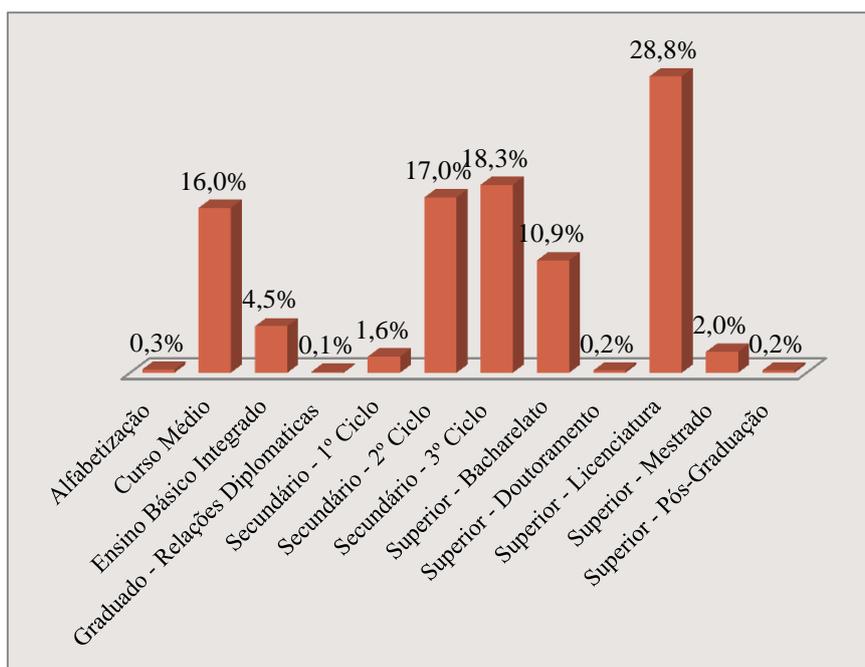
**Tabela 4:** Número de funcionários sem registo de informação sobre Habilitações Académicas na Administração pública Directa distribuídos por centro de custo

| DEPARTAMENTO GOVERNAMENTAIS   | Nº Funcionários | %             |
|---|-----------------|---------------|
| GOV - Ministério Da Educação e Desporto                             | 7.070           | 49,8%         |
| GOV - Ministério Da Administração Interna                           | 2.063           | 14,5%         |
| GOV - Ministério Do Desenvolvimento Rural                           | 1.452           | 10,2%         |
| GOV - Ministério Da Saúde   | 931             | 6,6%          |
| GOV - Ministério Das Finanças e do Planeamento                      | 799             | 5,6%          |
| GOV - Ministério Da Justiça   | 540             | 3,8%          |
| GOV - Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH         | 200             | 1,4%          |
| GOV - Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima           | 200             | 1,4%          |
| GOV - Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação             | 189             | 1,3%          |
| GOV - Ministério Do Ambiente, Habitação E Ordenamento Do Território | 126             | 0,9%          |
| OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial                   | 124             | 0,9%          |
| GOV - Ministério Da Cultura   | 89              | 0,6%          |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro                   | 78              | 0,5%          |
| GOV - Ministério Do Turismo, Industria e Energia                    | 69              | 0,5%          |
| GOV - Ministério Das Relações Exteriores                            | 52              | 0,4%          |
| GOV - Ministério Da Defesa Nacional                                 | 48              | 0,3%          |
| CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro                               | 44              | 0,3%          |
| OSOB - Tribunal De Contas   | 21              | 0,1%          |
| CHGOV - Secretaria de Estado de Administração Publica               | 20              | 0,1%          |
| GOV - Ministério Das Comunidades                                    | 19              | 0,1%          |
| OSOB - Conselho Superior Do Ministério Publico                      | 12              | 0,1%          |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro                   | 10              | 0,1%          |
| OSOB - Supremo Tribunal De Justiça                                  | 9               | 0,1%          |
| CHGOV - Gabinete do Ministro da Reforma do Estado                   | 7               | 0,0%          |
| CHGOV - Ministro-adjunto do Primeiro Ministro                       | 6               | 0,0%          |
| CHGOV - Ministro Dos Assuntos Parlamentares                         | 5               | 0,0%          |
| OSOB - Procuradoria-Geral Da República                              | 4               | 0,0%          |
| CHGOV - Secretário De Estado Adjunto Do Primeiro Ministro           | 2               | 0,0%          |
| <b>Total</b>  | <b>14.189</b>   | <b>100,0%</b> |

**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Entretanto, ao analisar o número de funcionários que na base de dados têm registo de informações sobre a habilitação literária, nota-se que do universo de 4.139 funcionários, 28,8% possuem uma formação superior que confere-lhes o nível de licenciatura, cerca de 18,3% têm formação a nível do Ensino secundário (3º ciclo) e 17% possuem formação a nível do Ensino secundário (2º ciclo).

**Gráfico 14:** Distribuição dos funcionários na Administração pública Directa por nível de habilitacional (%)



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

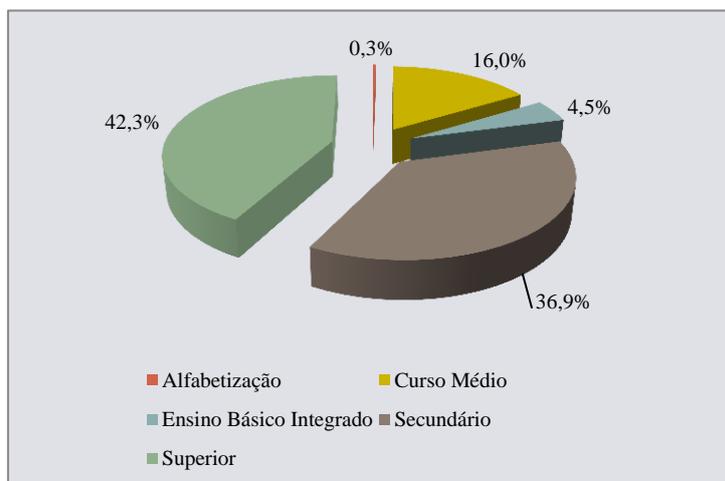
Analisando a distribuição dos funcionários por nível de ensino, pode-se verificar através do gráfico 15, que 42,3% dos funcionários possuem curso superior (Bacharel, Licenciatura, Pós-graduação e Graduado que confere ou não o grau de Mestrado e Doutoramento), e 36,9% estão distribuídos nos diferentes ciclos do ensino secundário. Os funcionários com o curso médio, representam 16%. Entretanto, considerando esses dados, nota-se claramente, que o índice de tecnicidade<sup>4</sup> dos funcionários neste sector é de 42%.

<sup>4</sup>Taxa que permite definir a relação entre o número de funcionários com nível de escolaridade de ensino superior e o total de funcionários.

Fórmula de cálculo: N.º de funcionários com nível de escolaridade de ensino superior / Total de funcionários X 100.

Fonte: DGAEP/DEEP

**Gráfico 15:** Distribuição dos funcionários na Administração pública Directa por Nível de escolaridade (%)

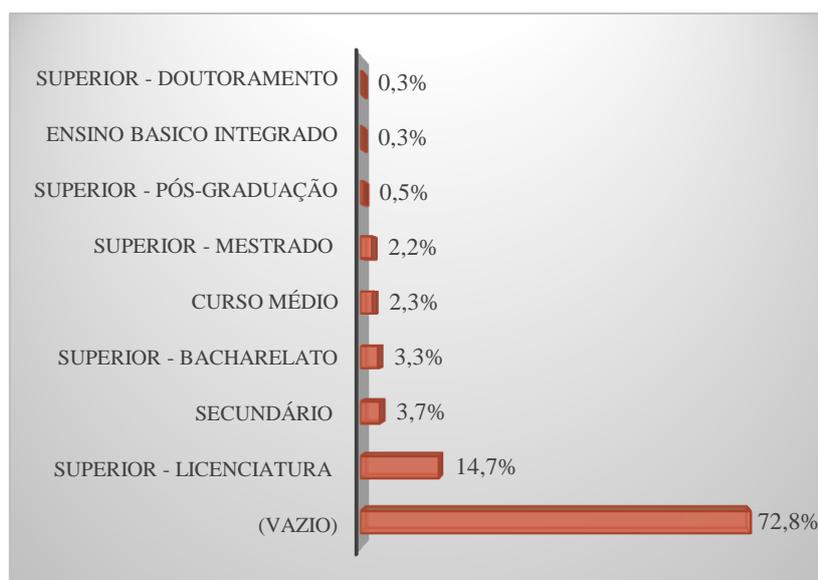


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

#### 2.4.1. Nível de formação do pessoal dirigente na Administração Directa

Como se pode notar no Gráfico 16 abaixo indicado, do total dos 736 dirigentes da administração pública Directa 72,8% precisam da actualização desta informação no sistema da base de dados da APUB. Não obstante esta situação, constata-se que 14,7% têm uma formação superior que lhes confere o grau de licenciatura, 3,3% possui bacharelato e 3,3% é o grau de mestre. De realçar que apenas 0,3% possui um nível de doutoramento e 0,5% o nível de pós-graduação.

**Gráfico 16:** Nível de Formação académica dos dirigentes na Administração pública Directa.



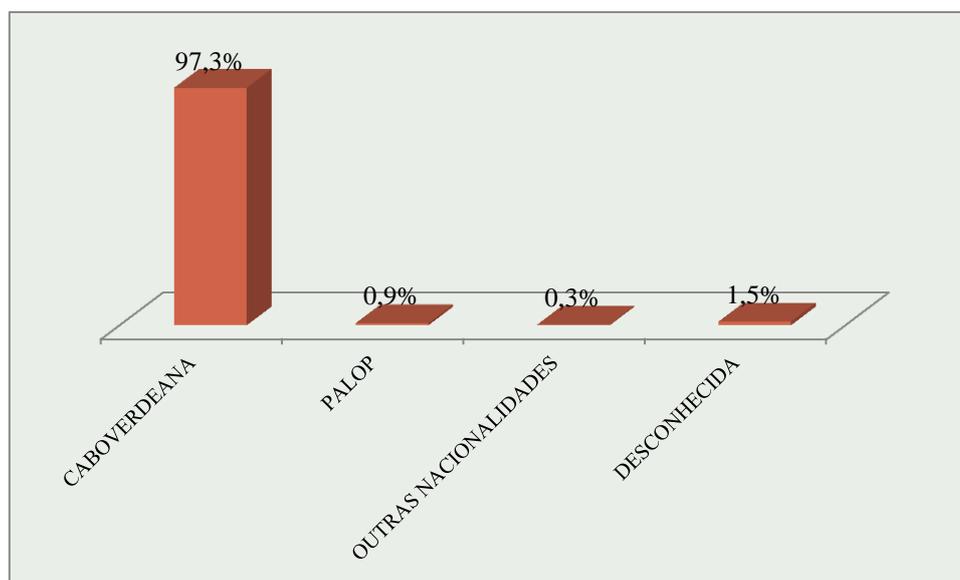
**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

## 2.5. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FUNCIONÁRIOS

Outros indicadores relevantes na análise e caracterização dos Capital Humano são as informações sobre a nacionalidade e/ou a naturalidade dos funcionários da Administração Pública Directa, bem como o concelho ou ilha onde estão a exercer as suas funções.

O Gráfico 17 abaixo mostra que 97,3% dos funcionários da Administração Directa possuem nacionalidade Cabo-verdiana, 0,9% são nacionais dos países membros do PALOP, 0,3% são de outras nacionalidades. De realçar que 1,5% dos funcionários aparece na base de dados com informação nacionalidade “desconhecida”. Entretanto, importa destacar o trabalho feito na actualização da base de dados da APUB, pois em 2015 havia cerca de 33% dos funcionários da Administração Pública Directa com a informação de nacionalidade desconhecida.

**Gráfico 17:** Funcionários na Administração Directa distribuído segundo a nacionalidade (%)



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Em relação aos funcionários naturais dos outros países membros do PALOP, a Tabela 5 mostra que o Ministério da Educação e Desporto (MED) empregou cerca de 99 candidatos (57,6%) num universo de 172 candidatos, seguido do Ministério da Administração Interna e Ministério da Saúde, com 10,5% e 7,6% respectivamente.

**Tabela 5:** Número dos funcionários nacionais de outros Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa, distribuídos por centro de custo

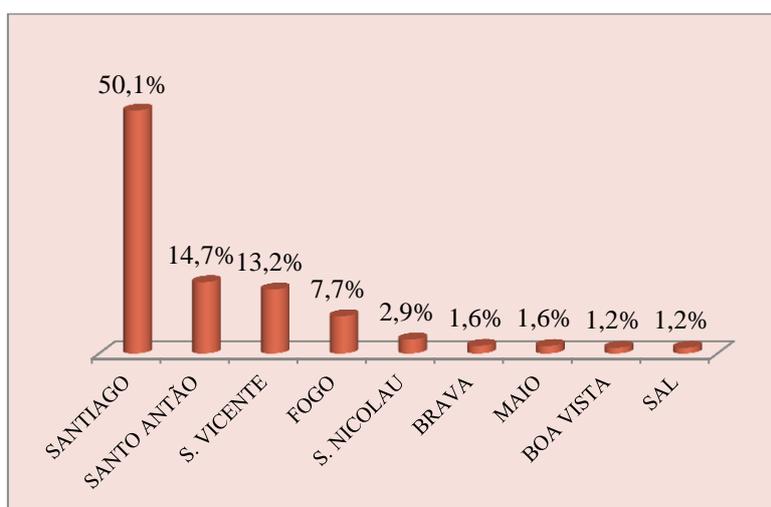
| <b>MINISTERIO</b>   | <b>N de Funcionários</b> | <b>%</b>      |
|---|--------------------------|---------------|
| CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro                       | 2                        | 1,2%          |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro           | 1                        | 0,6%          |
| GOV - Ministério Da Administração Interna                   | 18                       | 10,5%         |
| GOV - Ministério Da Cultura                                 | 1                        | 0,6%          |
| GOV - Ministério Da Defesa Nacional                         | 2                        | 1,2%          |
| GOV - Ministério Da Educação e Desporto                     | 99                       | 57,6%         |
| GOV - Ministério Da Justiça                                 | 1                        | 0,6%          |
| GOV - Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH | 4                        | 2,3%          |
| GOV - Ministério Da Saúde                                   | 13                       | 7,6%          |
| GOV - Ministério Das Comunidades                            | 1                        | 0,6%          |
| GOV - Ministério Das Finanças e do Planeamento              | 10                       | 5,8%          |
| GOV - Ministério Das Infraestruturas e Economia Marítima    | 3                        | 1,7%          |
| GOV - Ministério Das Relações Exteriores                    | 1                        | 0,6%          |
| GOV - Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação     | 1                        | 0,6%          |
| GOV - Ministério Do Desenvolvimento Rural                   | 7                        | 4,1%          |
| GOV - Ministério Do Ambiente, E Ordenamento Do Território   | 1                        | 0,6%          |
| GOV - Ministério Do Turismo, Industria e Energia            | 1                        | 0,6%          |
| OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial           | 3                        | 1,7%          |
| OSOB - Conselho Superior Do Ministério Publico              | 1                        | 0,6%          |
| OSOB - Tribunal De Contas                                   | 2                        | 1,2%          |
| <b>Total</b>  | <b>172</b>               | <b>100,0%</b> |

**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Relativamente às informações sobre a naturalidade dos funcionários, os dados da Tabela 6 abaixo, mostram que, de um total de 18.327 funcionários, cerca de 68 (0,37%) não possuem registos de informações nesse item.

Segundo os dados do Gráfico 18 seguinte, do total dos funcionários acima referido, cerca de metade (50.15%) são naturais dos concelhos da ilha de Santiago, 14,7% são naturais dos concelhos da ilha de Santo Antão e 13% de São Vicente. Contrariamente, aos funcionários naturais das ilhas ou concelhos de Brava (1,59%), Maio (1,57%), Boavista e Sal ambas com 1,9%, representados em menor número.

**Gráfico 18:** Funcionários na Administração pública Directa distribuído por ilhas onde nasceram.



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública - 2015

Se se considerar a origem dos funcionários por concelho, pode-se notar, através da Tabela 6, que o concelho da Praia apresenta maior número de funcionários pertencentes ao sector da Administração Directa, representando assim 19,5% do total, seguido do concelho de São Vicente com 13,2%.

**Tabela 6:** Distribuição dos funcionários na Administração pública Directa por Ilha e Concelhos

| Ilha        | Concelho/Naturalidade      | Nº FUN_ID | Total | % Concelho | % Ilha |
|-------------|----------------------------|-----------|-------|------------|--------|
| Santo Antão | Ribeira Grande             | 1.460     | 2.699 | 8,0%       | 14,7%  |
|             | Paul                       | 490       |       | 2,7%       |        |
|             | Porto Novo                 | 749       |       | 4,1%       |        |
| São Vicente | São Vicente                | 2.421     | 2.421 | 13,2%      | 13,2%  |
| São Nicolau | Ribeira Brava              | 532       | 533   | 2,9%       | 2,9%   |
|             | Tarrafal de São Nicolau    | 1         |       | 0,0%       |        |
| Sal         | Sal                        | 218       | 218   | 1,2%       | 1,2%   |
| Boa Vista   | Boa Vista                  | 219       | 219   | 1,2%       | 1,2%   |
| Maio        | Maio                       | 287       | 287   | 1,6%       | 1,6%   |
| Santiago    | Praia                      | 3.566     | 9.190 | 19,5%      | 50,1%  |
|             | São Domingos               | 635       |       | 3,5%       |        |
|             | Santa Catarina             | 1.459     |       | 8,0%       |        |
|             | São Salvador do Mundo      | 398       |       | 2,2%       |        |
|             | Santa Cruz                 | 753       |       | 4,1%       |        |
|             | São Lourenço dos Órgãos    | 635       |       | 3,5%       |        |
|             | Ribeira Grande de Santiago | 152       |       | 0,8%       |        |
|             | São Miguel                 | 825       |       | 4,5%       |        |
| Tarrafal    | 767                        | 4,2%      |       |            |        |
| Fogo        | São Filipe                 | 1.161     | 1.413 | 6,3%       | 7,7%   |

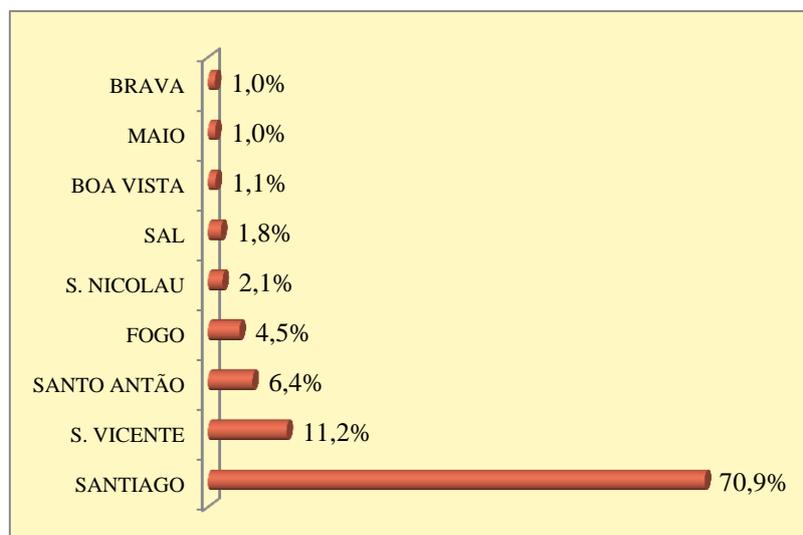
|                             |                        |               |               |               |               |
|-----------------------------|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                             | Santa Catarina do Fogo | 2             |               | 0,0%          |               |
|                             | Mosteiros              | 250           |               | 1,4%          |               |
| <b>Brava</b>                | Brava                  | 292           | 292           | 1,6%          | 1,6%          |
| <b>Outras Naturalidades</b> | Outras Naturalidades   | 987           | 987           | 5,4%          | 5,4%          |
| <b>(em branco)</b>          | (em branco)            | 68            | 68            | 0,4%          | 0,4%          |
| <b>Total</b>                |                        | <b>18.327</b> | <b>18.327</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 2.5.1. Funcionários na Administração pública Directa distribuídos nos concelhos ou ilhas onde estão a exercer as suas funções.

Analisando a distribuição dos funcionários da Administração Pública Directa por ilhas onde exercem as suas funções, percebe-se através do Gráfico 19 que a ilha de Santiago é aquela que emprega a maior parte dos funcionários, com cerca de 71%, seguida da ilha de São Vicente e Santo Antão, com cerca de 11% e 6%, respectivamente. Por outro lado, as ilhas de Brava, Boa vista, Maio e Sal são as que empregam menor número de funcionários na Administração Pública Directa.

**Gráfico 19:** Funcionários na Administração pública Directa distribuídos por ilha.



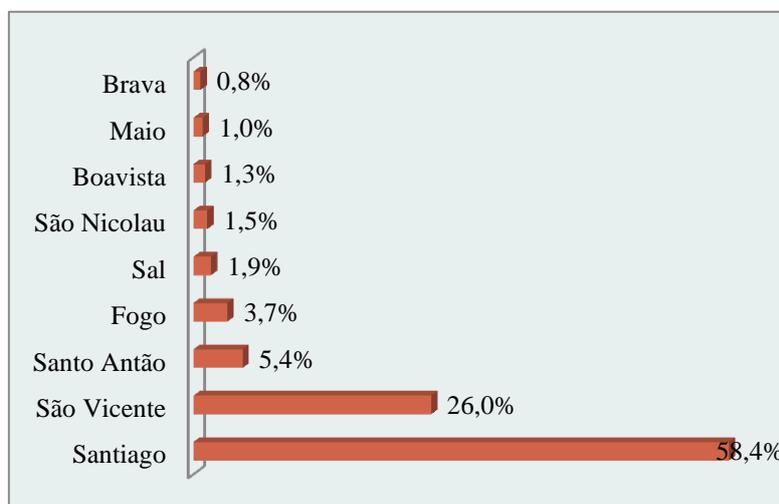
Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

#### 2.5.1.1. Distribuição dos médicos e enfermeiros na Administração pública Directa, tendo em conta a ilha onde estão a exercer as suas funções.

Em relação a distribuição dos médicos e enfermeiros por ilhas onde estão a exercer as suas funções, de acordo com o Gráfico 20 abaixo, percebe-se claramente que mais de metade desses quadros está a exercer na ilha de Santiago, representando cerca de 58,4%. Na ilha de São Vicente estão 26% dos médicos e enfermeiros, seguido da ilha Santo Antão com 5,4%. As ilhas de Brava, Mosteiros, Maio Boavista e São Nicolau e o

concelho dos Mosteiros são as que apresentam menos números de médicos e enfermeiros.

**Gráfico 20:** Médicos e enfermeiros na Administração pública Direta distribuído por concelho

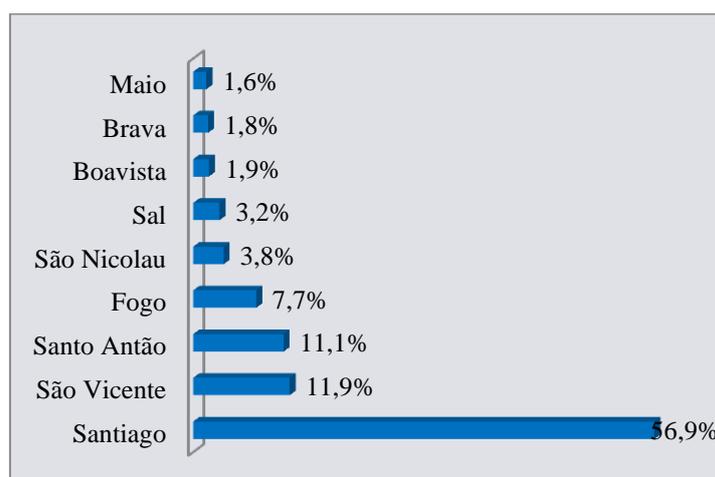


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

#### 2.5.1.2. Distribuição do Pessoal Docente na Administração Direta por ilha onde estão a exercer as suas funções.

O Gráfico 27, ilustra a distribuição dos professores por ilha, mostrando assim que do universo de 8.228 docentes, a ilha de Santiago representa 56,9%, seguido da ilha de São Vicente com 11,9% e de Santo Antão com 11,1%. Já as ilhas de Maio, Brava e Boavista estão representados em menor números de docentes.

**Gráfico 21:** Distribuição dos Pessoal Docente por ilha

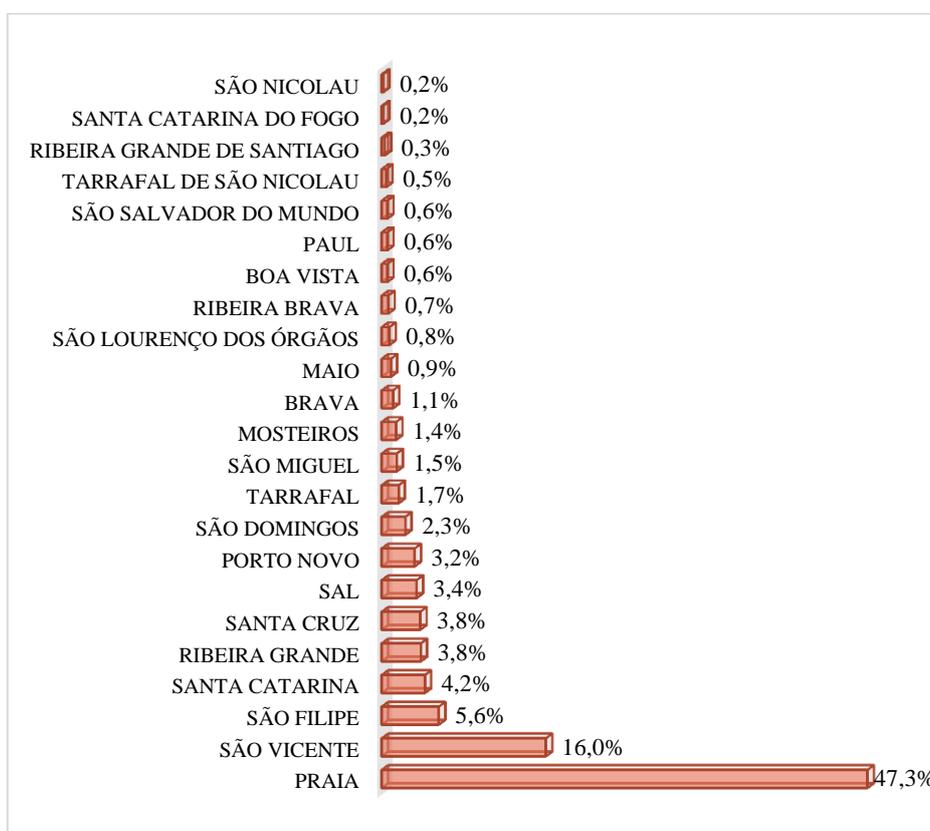


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 2.5.1.3. Distribuição dos funcionários da PN na Administração pública Direta, tendo em conta o concelho onde estão a exercer as suas funções.

Relativamente à distribuição dos funcionários da polícia nacional nos diferentes concelhos do país, nota-se, através do Gráfico 22, que de um total de 2000 policiais, 47,3% estão no concelho da Praia, seguido de São Vicente com 16% e de São Filipe-Fogo com 5,6%. Com menos de 1% encontram-se os concelhos de Paul, Boavista, Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau, Maio, Santa Catarina de Fogo, São Lourenço dos Órgãos, São salvador do Mundo e Ribeira Grande de Santiago.

**Gráfico 22:** Distribuição dos Agentes da POP na Administração pública Directa, tendo em conta o concelho

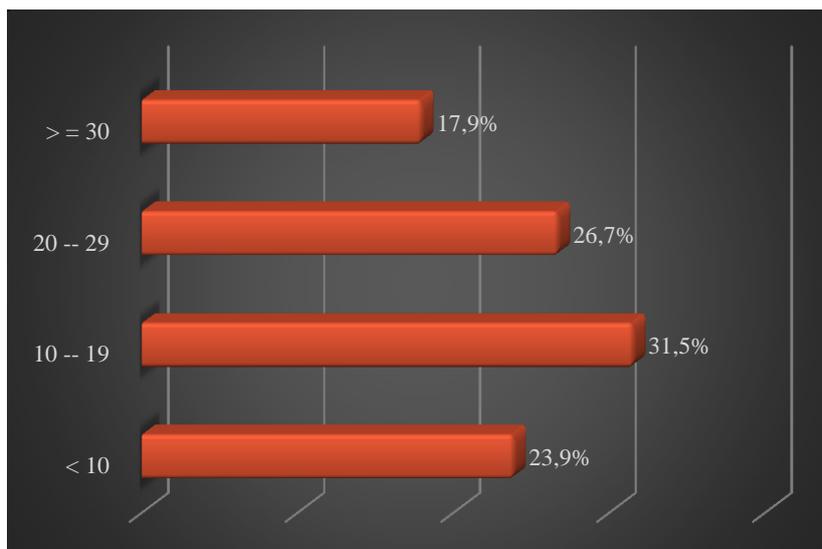


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

## 2.6. ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE

A antiguidade diz respeito ao tempo de serviço durante o qual o trabalhador está a desempenhar a actividade ou permanece adstrito à realização da prestação. São igualmente consideradas tempo de trabalho as interrupções na prestação de trabalho durante o período de presença obrigatória autorizadas pelo empregador público em casos excepcionais e devidamente fundamentados.

**Gráfico 23:** Distribuição dos funcionários na Administração pública Directa por tempo de serviço (em anos)



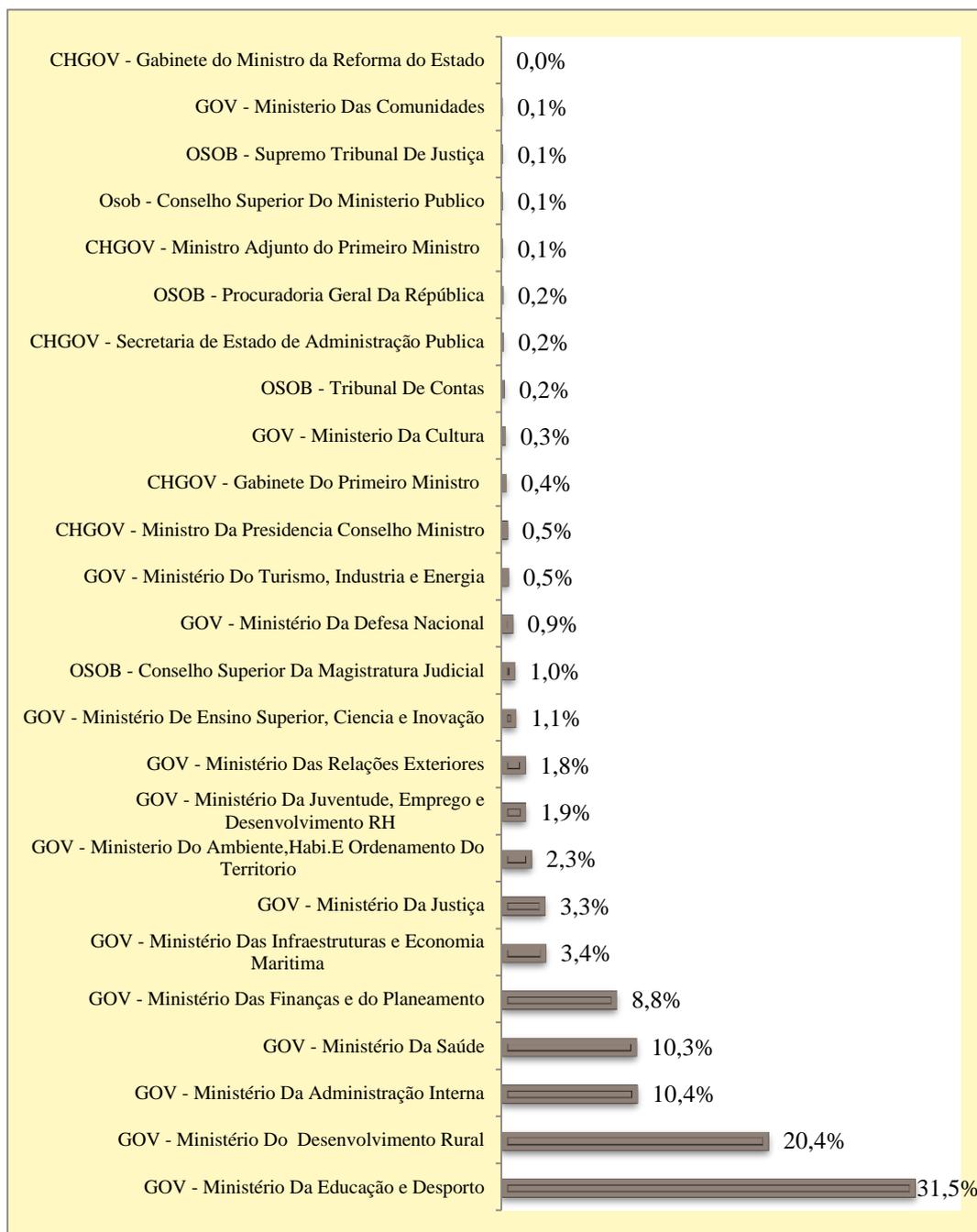
**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Considerando a estrutura de antiguidade dos funcionários na Administração Directa, verifica-se que do universo de 18.327 funcionários de acordo com o Gráfico 23, constata-se que:

- 31,5% têm entre 10 e 19 anos de serviço;
- 26,7% estão entre 20 e 29 anos de serviço;
- 17,9% possuem 30 ou mais anos de serviço;
- 23,9% têm menos de 10 anos de serviço.

O Gráfico 24, ilustra a distribuição por departamentos governamentais de funcionários com tempo de serviço superior ou igual a 30 anos. Na Administração Pública Directa, existe cerca de 3.287 funcionários com o tempo de serviço superior ou igual a 30 anos.

**Gráfico 24:** Funcionários na Administração Directa com tempo de serviço > = 30 anos, distribuição por departamentos governamentais.



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

O Ministério de Educação e Desporto possui uma grande quantidade de funcionários com mais de 30 anos de serviço (31,5%), seguido do Ministério do Desenvolvimento Rural e do Ministério Administração Interna, com 20,4% e 10,4% respectivamente.

## 2.7. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

O salário deve ser atractivo para os diversos profissionais existentes no mercado de trabalho e deverá ter em conta a capacidade produtiva do profissional, o desempenho

económico-financeiro de um país e suas perspectivas de crescimento e desenvolvimento, sendo que a evolução dos salários será sempre prevista no orçamento do estado.

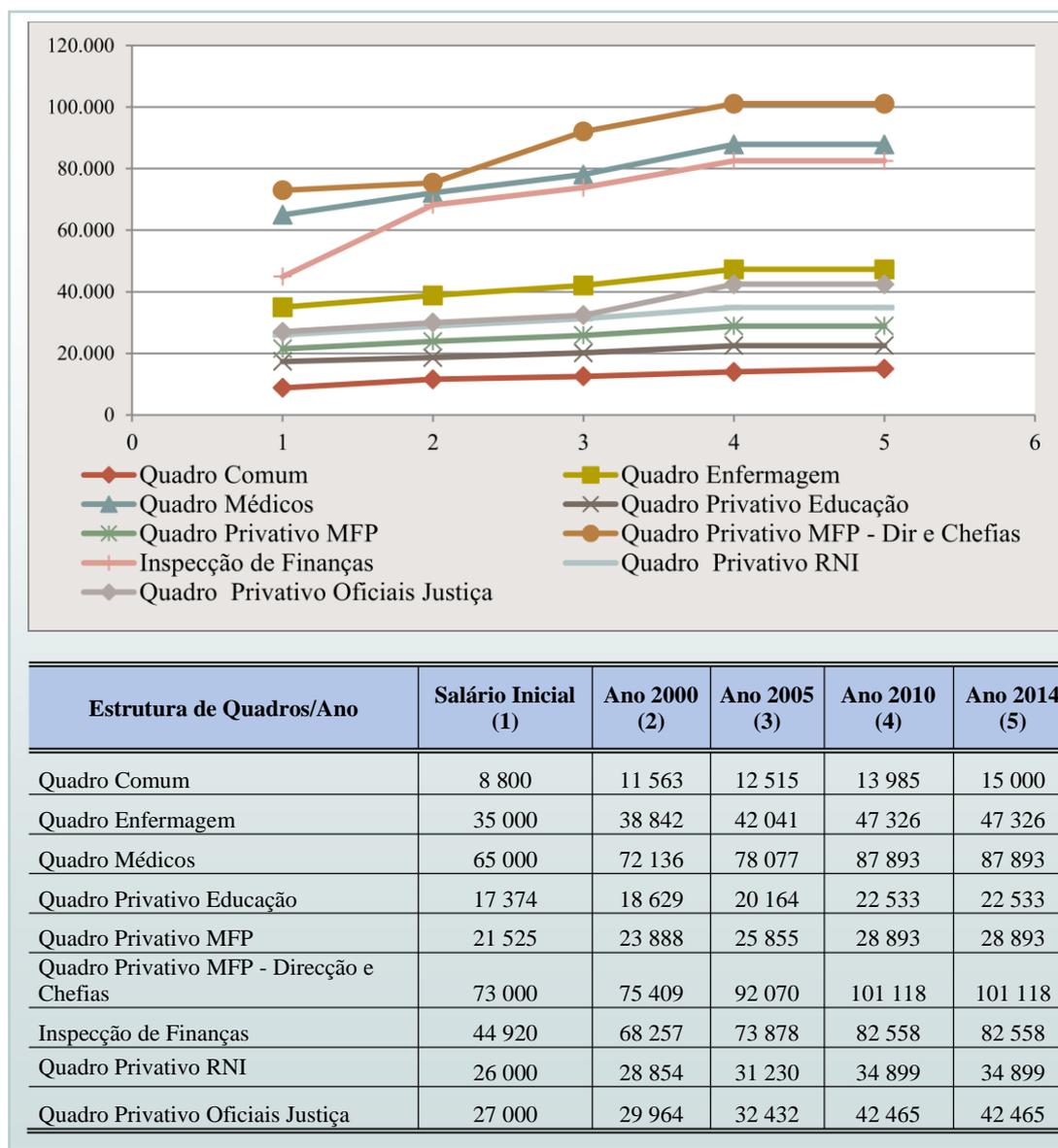
O sistema remuneratório da Administração Pública Cabo-Verdiana é composto pela:

- a) Remuneração base que integra a tabela salarial para cargos funcionários e para cargos em comissão.
- b) Suplementos que são atribuídos em função das particularidades específicas da prestação de trabalho, e só podem ser considerados os que se fundamentam em trabalhos extraordinários, nocturnos, condições de risco, subsídios de deslocação, incentivos em fixação em zonas periféricas, participação em custas ou multas, etc.

### **2.7.1. Evolução de salário base na Administração Directa do Estado**

Na administração pública Cabo-Verdiana, o salário base dos funcionários tem evoluído de forma gradual ao longo dos anos. O Gráfico 25, ilustra esta evolução utilizando o salário base em algumas carreiras e considerando cinco momentos ou períodos: salário antes de 2000, salário em 2000, salário em 2005, salário em 2010 e salário em 2014. O gráfico 25 seguinte, ilustra esta evolução tendo como referência os momentos identificados.

**Gráfico 25:** Evolução de salário base na Administração Directa segundo alguma carreira profissional.



**Fonte:** Tabela salarial de RH da Administração Pública

Analisando comparativamente o salário recebido antes do ano 2000 e o recebido no ano 2000, o Gráfico 25 acima mostra que houve um aumento significativo em algumas carreiras, nomeadamente: o quadro comum, inspeção das finanças e quadro dos médicos. Adicionalmente, sublinha-se que do ano 2010 até ao ano 2014, não se verificou aumento algum dos salários, com excepção do pessoal do quadro comum que conheceu um ligeiro aumento no âmbito da publicação do novo PCCS e consequente actualização da grelha salarial.

## 2.7.2. Despesas remuneratórias anuais na Administração pública Directa por departamento governamental

Ao analisar as despesas com pessoal efectuadas entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2015 por departamento governamentais, a Tabela 7, evidencia que dos 12.087.770.040\$00 (Doze bilhões, oitenta e sete milhões, setecentos e setenta mil e quarenta escudos), cerca de 51% é realizada no Ministério da Educação e Desporto, seguida do Ministério da Administração Interna e Ministério de Saúde, com 12,5% e 8,5% respectivamente.

Com menos de 0,5% dessas despesas, encontram-se alguns departamentos governamentais, nomeadamente: O Gabinete do Ministro da Reforma do Estado; O Ministério Das Comunidades; Gabinete do Ministro da Reforma do Estado; Ministro Dos Assuntos Parlamentares; O Ministro-adjunto do Primeiro-Ministro; Supremo Tribunal De Justiça, Tribunal de Contas entre outros.

**Tabela 7:** Despesa Anual com as remunerações dos funcionários da Administração Pública Directa por centro de custo

| CENTRO DE CUSTO   | Sal. Mensal | Sal. Anual    | %     |
|---|-------------|---------------|-------|
| GOV - Ministério Da Educação e Desporto                             | 509.749.759 | 6.116.997.108 | 50,6% |
| GOV - Ministério Da Administração Interna                           | 126.262.276 | 1.515.147.312 | 12,5% |
| GOV - Ministério Da Saúde   | 85.727.077  | 1.028.724.924 | 8,5%  |
| GOV - Ministério Do Desenvolvimento Rural                           | 52.101.650  | 625.219.800   | 5,2%  |
| GOV - Ministério Das Finanças e do Planeamento                      | 51.123.108  | 613.477.296   | 5,1%  |
| GOV - Ministério Da Justiça   | 32.974.494  | 395.693.928   | 3,3%  |
| GOV - Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação             | 25.780.183  | 309.362.196   | 2,6%  |
| GOV - Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH         | 15.401.349  | 184.816.188   | 1,5%  |
| GOV - Ministério Da Defesa Nacional                                 | 15.138.671  | 181.664.052   | 1,5%  |
| GOV - Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima           | 14.733.024  | 176.796.288   | 1,5%  |
| GOV - Ministério Das Relações Exteriores                            | 12.863.305  | 154.359.660   | 1,3%  |
| OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial                   | 11.056.943  | 132.683.316   | 1,1%  |
| GOV - Ministério Do Ambiente, Habitação e Ordenamento Do Território | 10.480.416  | 125.764.992   | 1,0%  |
| CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro                               | 8.274.673   | 99.296.076    | 0,8%  |
| GOV - Ministério Do Turismo, Industria e Energia                    | 8.094.279   | 97.131.348    | 0,8%  |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro                   | 6.711.596   | 80.539.152    | 0,7%  |
| GOV - Ministério Da Cultura   | 5.771.410   | 69.256.920    | 0,6%  |
| Tribunal de Contas  | 4.482.497   | 53.789.964    | 0,4%  |
| CHGOV - Secretaria de Estado de Administração Publica               | 3.207.461   | 38.489.532    | 0,3%  |
| GOV - Ministério Das Comunidades                                    | 2.644.463   | 31.733.556    | 0,3%  |
| CHGOV - Gabinete do Ministro da Reforma do Estado                   | 938.036     | 11.256.432    | 0,1%  |

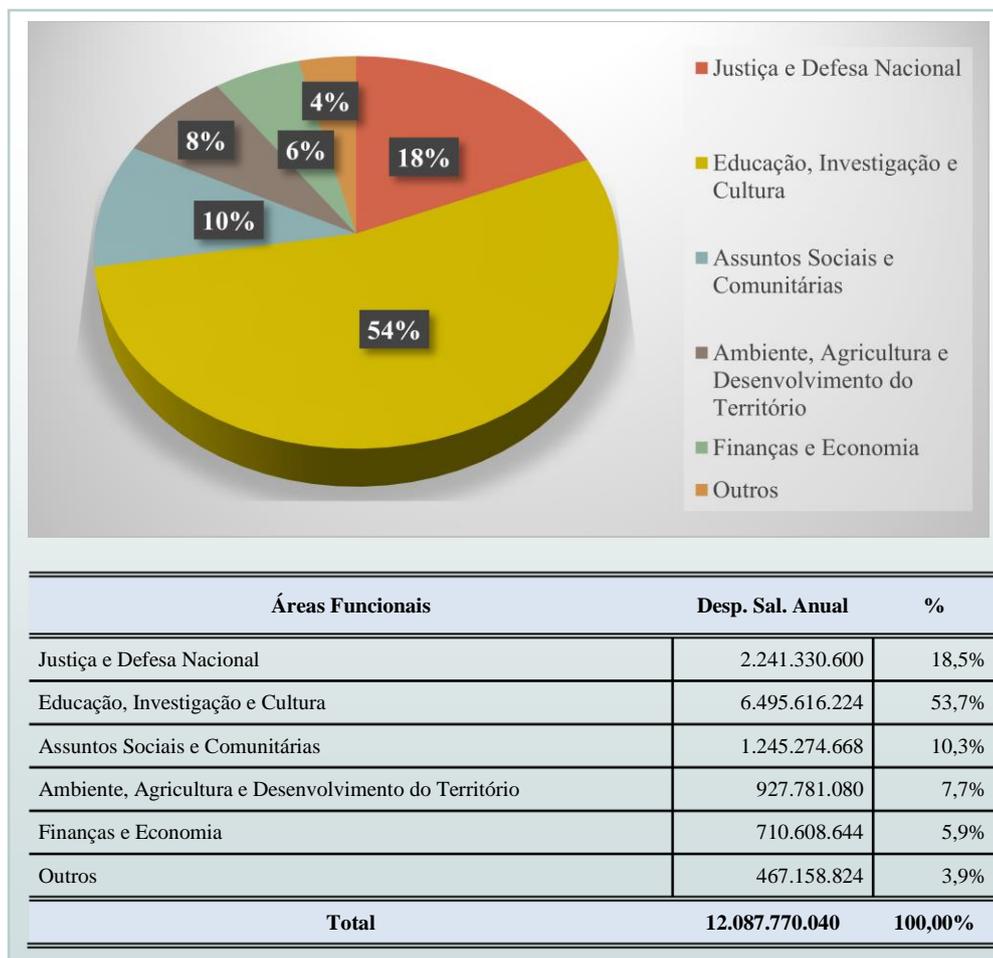
|   |                      |                       |               |
|---|----------------------|-----------------------|---------------|
| OSOB - Conselho Superior Do Ministério Publico    | 767.953              | 9.215.436             | 0,1%          |
| CHGOV - Ministro-adjunto do Primeiro-ministro     | 936.245              | 11.234.940            | 0,1%          |
| OSOB - Procuradoria-Geral Da República            | 655.603              | 7.867.236             | 0,1%          |
| OSOB - Supremo Tribunal De Justiça                | 689.563              | 8.274.756             | 0,1%          |
| CHGOV - Ministro Dos Assuntos Parlamentares       | 396.642              | 4.759.704             | 0,0%          |
| Secretaria de Estado Adjunto do Primeiro-ministro | 351.494              | 4.217.928             | 0,0%          |
| <b>Total</b>                                      | <b>1.007.314.170</b> | <b>12.087.770.040</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 2.7.3. Despesa Anual com as remunerações dos funcionários na Administração Pública Directa por Áreas Funcionais ou Sector de Actividades

Quanto às áreas funcionais ou sector de actividades, observando o Gráfico 26, o destaque vai para as áreas de Educação, Investigação e Cultura com cerca de 54% das despesas remuneratórias anuais, seguida do sector de Justiça e Defesa Nacional com cerca de 18%. Com apenas 4%, encontra-se as “outras” áreas funcionais ou sector de actividades.

**Gráfico 26:** Despesa Anual com as remunerações dos funcionários da Administração Pública Direta por Áreas Funcionais ou Sector de Actividade.



#### 2.7.4. Estrutura remuneratória dos funcionários na Administração pública Directa por departamento governamental.

Analisando a estrutura remuneratória dos funcionários da Administração Pública Directa, conclui-se que a remuneração média mensal ronda os 54.960\$00. Entretanto, o salário mínimo previsto é de 15.000\$00.

Incidindo sobre o salário médio por departamento governamental, nota-se através da Tabela 8, que o Ministério da Defesa Nacional possui a maior média de salário (240.296\$00), seguido do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro com a média salarial de 117.165\$00. Já o Ministério do Desenvolvimento Rural e Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares possuem a mais baixa média salarial com 30.540 e 34.528\$00 respectivamente.

**Tabela 8:** Salário médio mensal na Administração Pública Directa por centro de custo.

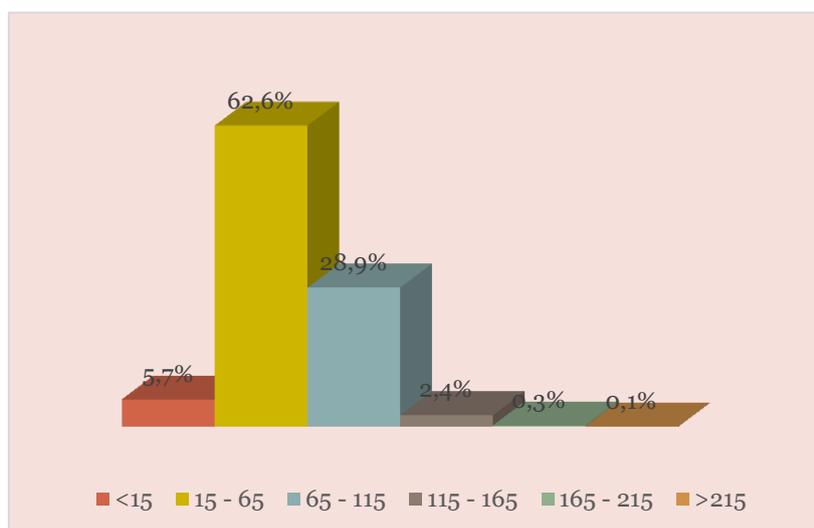
| MINISTERIO  | Média Salarial |
|---|----------------|
| GOV - Ministério Da Defesa Nacional                         | 240.296        |
| CHGOV - Secretário De Estado Adjunto Do Primeiro Ministro   | 117.165        |
| CHGOV - Ministro Assuntos Parlamentares                     | 112.000        |
| OSOB - Tribunal De Contas                                   | 109.329        |
| CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro                       | 102.156        |
| GOV - Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação     | 98.024         |
| CHGOV - Gabinete do Ministro da Reforma do Estado           | 93.804         |
| GOV - Ministério Das Comunidades                            | 91.188         |
| GOV - Ministério Das Relações Exteriores                    | 89.191         |
| GOV - Ministério Do Turismo, Industria e Energia            | 83.659         |
| CHGOV - Secretaria de Estado de Administração Publica       | 72.897         |
| OSOB - Procuradoria-Geral Da República                      | 72.845         |
| CHGOV - Ministro-adjunto do Primeiro-ministro               | 66.875         |
| OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial           | 66.209         |
| OSOB - Supremo Tribunal De Justiça                          | 62.688         |
| GOV - Ministério Do Ambiente, E Ordenamento Do Território   | 59.548         |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro           | 58.874         |
| GOV - Ministério Da Educação e Desporto                     | 56.892         |
| GOV - Ministério Da Administração Interna                   | 55.016         |
| GOV - Ministério Da Justiça                                 | 52.929         |
| GOV - Ministério Da Cultura                                 | 52.467         |
| GOV - Ministério Da Saúde                                   | 50.768         |
| GOV - Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH | 50.331         |
| GOV - Ministério Das Finanças e do Planeamento              | 49.490         |
| GOV - Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima   | 48.464         |
| OAOB - Conselho Superior Do Ministério Publico              | 42.664         |
| CHGOV - Ministro Dos Assuntos Parlamentares                 | 34.528         |

|   |               |
|---|---------------|
| GOV - Ministério Do Desenvolvimento Rural | 30.540        |
| <b>Média Geral</b>                        | <b>54.960</b> |

Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Ao analisar a estrutura do salário mensal dos funcionários, o Gráfico 27 mostra que 62,6% dos funcionários do sector da administração pública Directa recebem o salário que varia entre os 15 mil até menos 65 mil escudos mensal e 28,9% varia entre os 65 mil a menos de 115 mil escudos. Entretanto, pode-se notar que 5,7% dos funcionários recebem menos de 15 mil escudos mensal e apenas 0,1% possui o salário superior a 215 mil escudos.

**Gráfico 27:** Estrutura de remuneratório dos funcionários na Administração pública Directa mensal (em milhares de escudos)

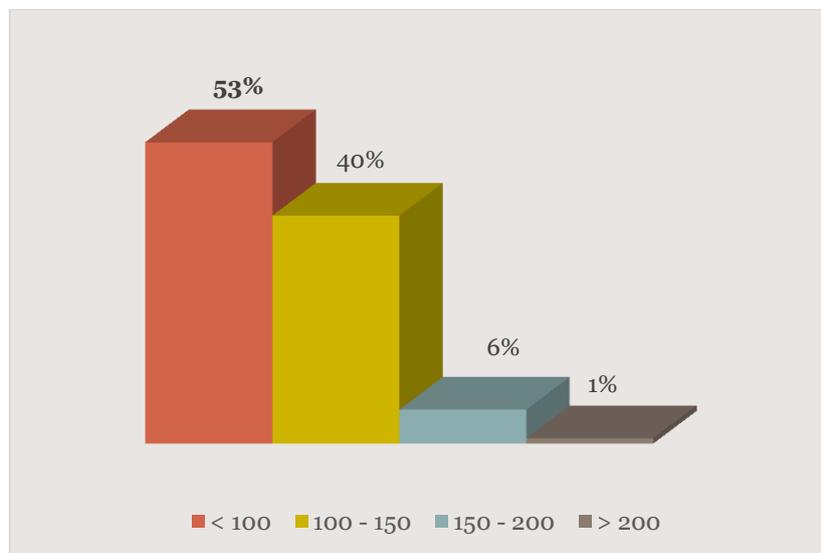


Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

#### 2.7.4.1. Estrutura de remuneratória do pessoal dirigente

De acordo com o Gráfico 28, nota-se que 53% dos dirigentes têm o salário mensal menor que 100 mil escudos e 40% dos dirigentes apresentam o salário a variar entre os 100 até menos de 150 mil escudos mensal. De realçar que apenas 1% dos dirigentes possuem o salário superior a 200 mil escudos, que são normalmente os dirigentes considerados superiores.

**Gráfico 28:** Estrutura de remuneratória do pessoal dirigente (em milhares de escudos)



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 3. FUNDOS E SERVIÇOS AUTÓNOMOS

Na administração Pública, existem serviços que desempenham as suas funções com autonomia. São serviços do Estado, mas não dependem directamente das ordens do governo, são autonomizados, têm os seus órgãos próprios de direcção ou de gestão. Aqui estamos perante aquilo a que poderíamos chamar de administração central desconcentrada, que é uma administração do estado, constituída por serviços incorporados no Estado, mas que dispõem de órgãos próprios de gestão” (Amaral, 1987, Silva 2011, pág. 22)<sup>5</sup>.

Os Fundos e Serviços Autónomos (FSA), fazendo parte integrante da administração pública, apresentam um grau de autonomia considerável, pois têm autonomia administrativa e financeira. A tabela que se segue apresenta os funcionários empregados nos FSA, distribuídos por sexo e departamentos governamentais.

**Tabela 9:** Emprego no Fundo e Serviços Autónomas por departamento governamental e sexo

<sup>5</sup> Silva, D. Alegre (2011), A Gestão Orçamental nos Serviços e Fundos Autónomos – A FCTUC, Universidade Coimbra. Dissertação disponível em: [https://www.google.cv/?gws\\_rd=cr,ssl&ei=2rLeVq\\_6H4bRPP6-o7AN#q=A+Gest%C3%A3o+Or%C3%A7amental+nos+Servi%C3%A7os+e+Fundos+Aut%C3%B3nomos+](https://www.google.cv/?gws_rd=cr,ssl&ei=2rLeVq_6H4bRPP6-o7AN#q=A+Gest%C3%A3o+Or%C3%A7amental+nos+Servi%C3%A7os+e+Fundos+Aut%C3%B3nomos+). Acesso em: 05 de Março de 2016.

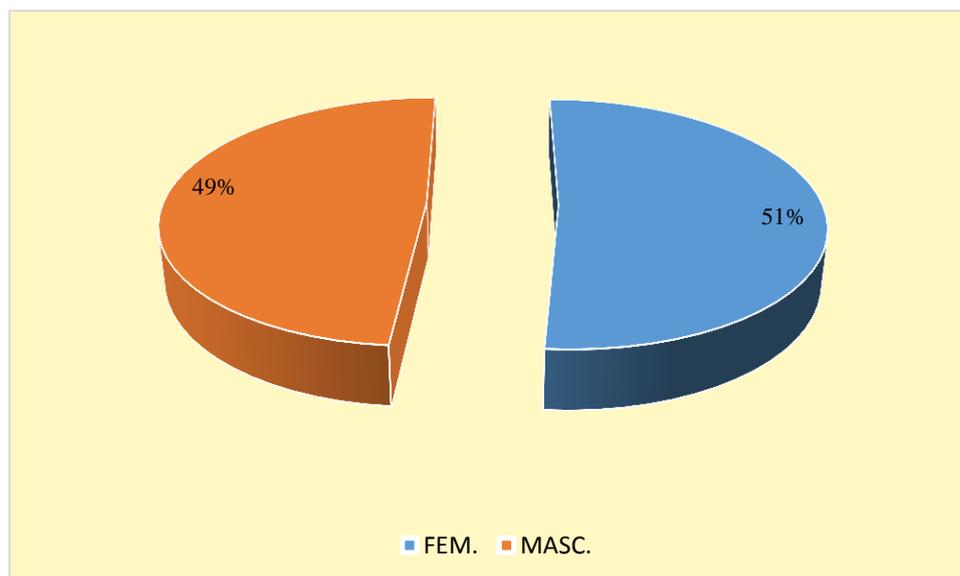
| <b>Rótulos de Linha</b>   | <b>FEM.</b> | <b>MASC.</b> | <b>Total Geral</b> | <b>%</b>      |
|---|-------------|--------------|--------------------|---------------|
| GOV - Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação             | 114         | 71           | 185                | 17,1%         |
| GOV - Ministério Da Juventude, E. e Desenvolvimento RH              | 101         | 76           | 177                | 16,3%         |
| GOV - Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima           | 59          | 98           | 157                | 14,5%         |
| GOV - Ministério Ambiente, D. Rural e Recursos Marinhos             | 53          | 88           | 141                | 13,0%         |
| CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro                               | 61          | 48           | 109                | 10,0%         |
| GOV - Ministério Da Cultura   | 53          | 39           | 92                 | 8,5%          |
| GOV - Ministério Das Finanças e do Planeamento                      | 28          | 40           | 68                 | 6,3%          |
| GOV - Ministério Do Ambiente, Habitação e Ordenamento Do Território | 26          | 29           | 55                 | 5,1%          |
| GOV - Ministério Da Educação e Desporto                             | 28          | 20           | 48                 | 4,4%          |
| Estado  | 16          | 8            | 24                 | 2,2%          |
| CHGOV - Ministro-adjunto do Primeiro-ministro                       | 10          | 4            | 14                 | 1,3%          |
| GOV - Ministério Da Justiça   | 5           | 4            | 9                  | 0,8%          |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro                   | 3           | 3            | 6                  | 0,6%          |
| <b>Total Geral</b>  | <b>557</b>  | <b>528</b>   | <b>1085</b>        | <b>100,0%</b> |

**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Em termos de distribuição dos funcionários nos FSA por departamentos governamentais, a Tabela 9 evidencia que o Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação e o Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH, empregam cerca de 17% e 16% de funcionários respectivamente, seguido do Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima com 14,5%. Com menor número de funcionários empregues estão o Gabinete do Ministro Da Presidência Conselho Ministro com 0,6% e o Ministério Da Justiça com 0,8%.

Em relação a distribuição por sexo (cf. Gráfico 29), constata-se que o número dos funcionários do sexo feminino é superior ao do sexo masculino, com uma ligeira vantagem de dois pontos percentuais para o sexo feminino (51% contra 49%). O índice de paridade é de 104.

**Gráfico 29:** Emprego no Fundo e Serviços Autónomas por sexo (%)

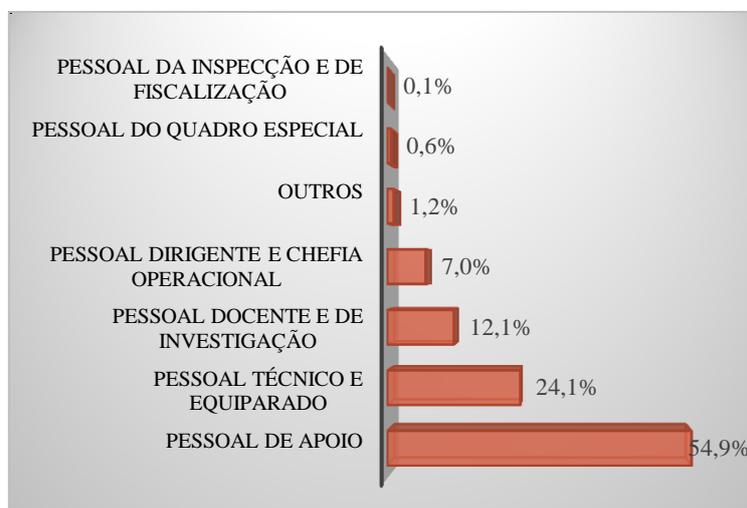


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 3.1. ESTRUTURA DE CARREIRA

Ao Analisar a distribuição dos funcionários nos FSA segundo a estrutura de carreira, pode-se ler no Gráfico 30 que o Pessoal de Apoio representa 54,9% dos funcionários e o pessoal da carreira técnica ou equiparado 24,1%. A carreira do pessoal do quadro especial e do pessoal da inspeção e fiscalização possuem menos de 1% dos funcionários.

**Gráfico 30:** Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas agrupados segundo a Estrutura de Carreira (%)



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Em relação a distribuição dos funcionários segundo a classificação jurídica, destaca-se os funcionários contratados que representam 39,4% do total dos funcionários nos FSA, seguida dos funcionários nomeados com 31,9%. Por outro lado, os funcionários com contrato de gestão e os nomeados em regime de substituição, representam menos de 1% dos funcionários em exercício de funções no FSA.

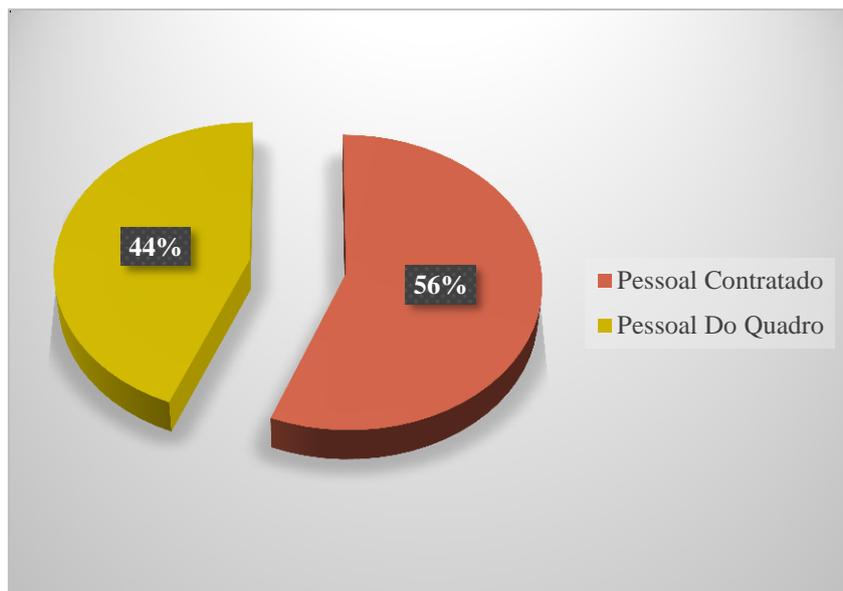
**Gráfico 31:** Distribuição dos Funcionários nos Fundos e Serviços Autónomas agrupados segundo a classificação jurídica (%).



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Ao analisar a distribuição dos funcionários segundo o tipo de vínculo, nota-se claramente a supremacia dos funcionários do quadro definitivo em relação aos contratados. De acordo com o Gráfico 32 seguinte, 56% integram Pessoal do Quadro e 44% Pessoal Contratado.

**Gráfico 32:** Distribuição dos Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas distribuído por tipo de vínculo (%).



Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

## 2.7. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

O nível de escolaridade dos funcionários nos FSA, constitui outro indicador importante a analisar. Segundo os dados da tabela dinâmica 2015 cerca 66,8% do total dos funcionários que integram os fundos não tem esta informação actualizada na base de dados da Administração Pública. Entretanto, dos que apresentam esta informação actualizada, de acordo com o Gráfico 33 seguinte, pode-se observar que 24,4% possuem formação superior, 4,3% possuem o ensino médio e 3,6% o ensino secundário.

**Gráfico 33:** Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autónomas por Nível de escolaridade (%)

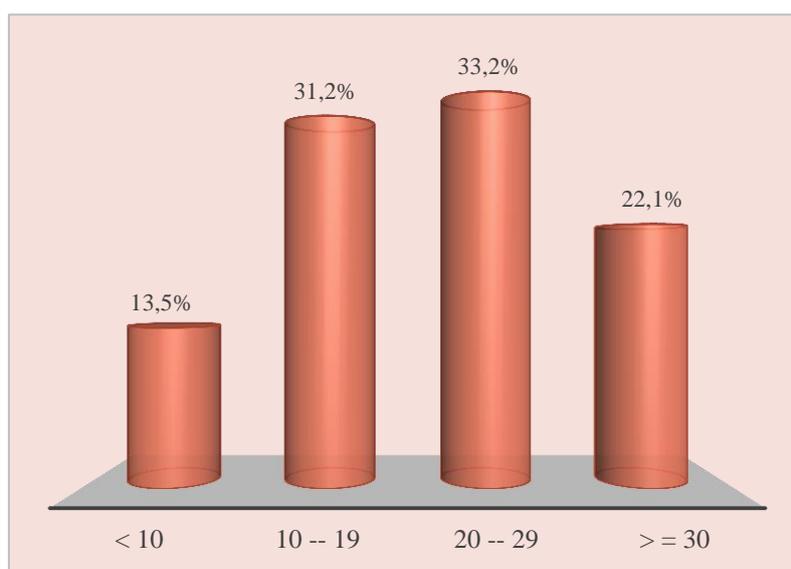


Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 3.3. ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE

Analisando o tempo de serviço dos funcionários dos FSA, constata-se através do Gráfico 34 seguinte, que 33,2% dos funcionários no FSA possuem entre 20 e 29 anos de serviço, 31,2% apresentam tempo de serviço que varia de 10 a 19 anos e 22,1% têm o tempo de serviço superior ou igual a 30 anos.

**Gráfico 34:** Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autônomas por tempo de serviço (em anos)

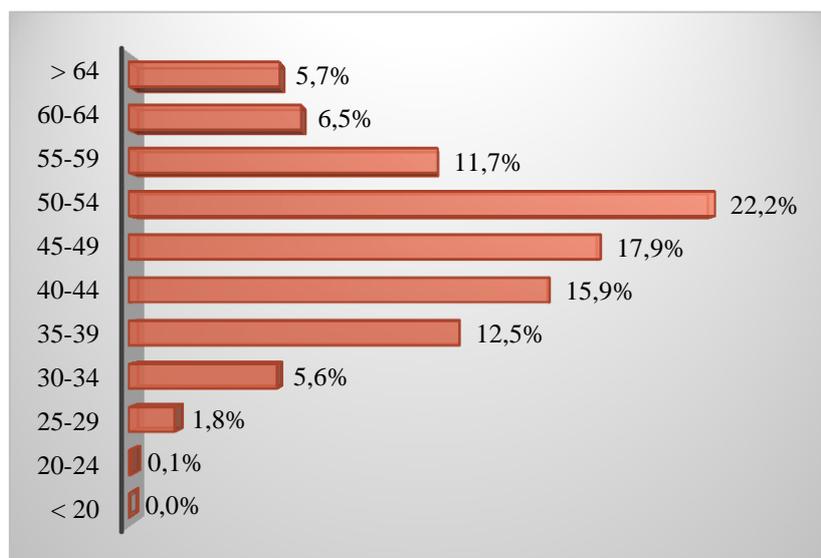


Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 3.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos da estrutura etária dos funcionários nos FSA, nota-se que mais de 98% apresentam idade superior ou igual a 30 anos. A percentagem dos jovens com menos de 30 anos nos FSA é de apenas 1,9% demonstrando assim, uma baixa representação jovem nestes serviços. Entretanto, nota-se através do Gráfico 35 seguinte que cerca de 56% dos funcionários nos FSA estão com idade compreendida entre 40 e 54 anos e apenas 5,7% possuem mais que 64 anos.

**Gráfico 35:** Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autónomas segundo a estrutura etária (%)

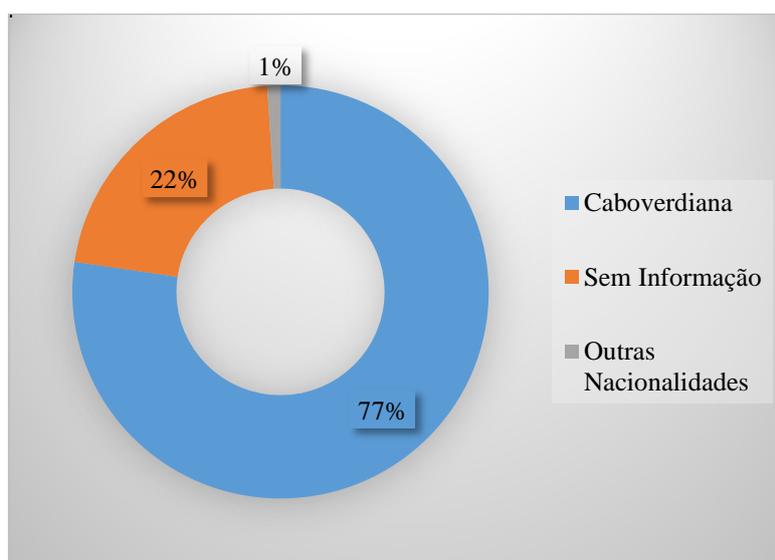


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 3.5. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS FUNCIONÁRIOS NOS FSA

Em relação às informações sobre a nacionalidade e/ou a naturalidade dos funcionários nos FSA, pode-se observar, no Gráfico 36 seguinte, que em termos de nacionalidade, cerca 77,3% possuem a nacionalidade Cabo-Verdiana e 1% possuem outras nacionalidades. Convém realçar que 21,7% não tem esta informação actualizada na base de dados da Administração Pública.

**Gráfico 36:** Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas distribuído segundo a nacionalidade (%)

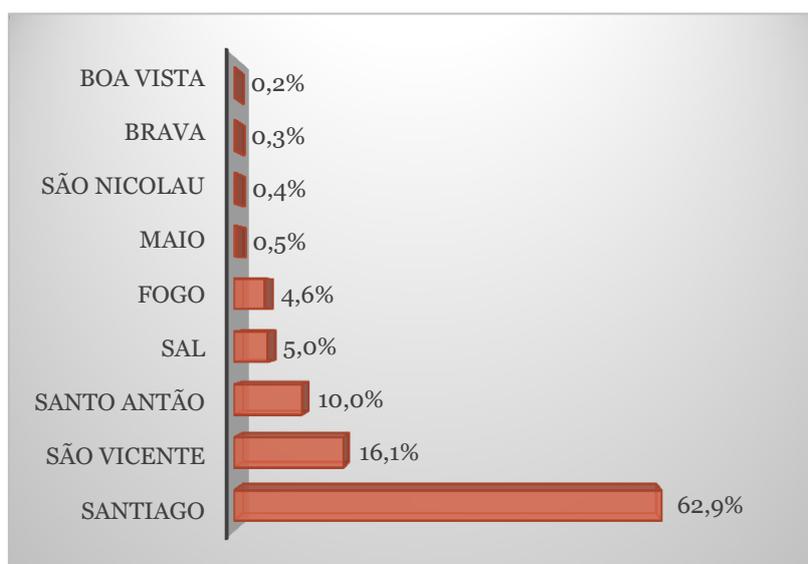


**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Relativamente a distribuição dos funcionários nos FSA por ilhas, segundo o Gráfico 37 seguinte, 62,9% dos funcionários residem na ilha de Santiago, seguido de São Vicente

com 16,1%. Com menos de 1% dos funcionários residentes, estão as ilhas de Boavista, Brava, São Nicolau e Maio.

**Gráfico 37:** Funcionários no Fundo e Serviços Autónomas distribuídos por ilhas onde residem



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Incidindo sobre a distribuição por concelho, o destaque vai para o concelho da Praia com 26,4% seguido do concelho de São Vicente com 12,9% dos funcionários residentes. Os concelhos de Ribeira Grande de Santiago e do Maio possuem 0,8% e 0,7% dos funcionários respectivamente (cfr. Tabela 10)

**Tabela 10:** Distribuição dos funcionários no Fundo e Serviços Autónomas por Ilha e Concelhos

| Ilha | Concelho | Nº<br>FUN_ID | Total | %<br>Concelho | % Ilha |
|------|----------|--------------|-------|---------------|--------|
|      |          |              |       |               |        |

|                      |                            |              |              |               |               |
|----------------------|----------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| MAIO                 | MAIO                       | 8            | 8            | 0,7%          | 0,7%          |
| (vazio)              | (vazio)                    | 49           | 49           | 4,5%          | 4,5%          |
| BOA VISTA            | BOA VISTA                  | 13           | 13           | 1,2%          | 1,2%          |
| BRAVA                | BRAVA                      | 11           | 11           | 1,0%          | 1,0%          |
| FOGO                 | MOSTEIROS                  | 10           | 61           | 0,9%          | 5,6%          |
|                      | SÃO FILIPE                 | 51           |              | 4,7%          |               |
| SAL                  | SAL                        | 28           | 28           | 2,6%          | 2,6%          |
| SANTIAGO             | PRAIA                      | 286          | 552          | 26,4%         | 50,9%         |
|                      | RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO | 9            |              | 0,8%          |               |
|                      | SANTA CATARINA             | 70           |              | 6,5%          |               |
|                      | SANTA CRUZ                 | 28           |              | 2,6%          |               |
|                      | SÃO DOMINGOS               | 41           |              | 3,8%          |               |
|                      | SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS    | 58           |              | 5,3%          |               |
|                      | SÃO MIGUEL                 | 20           |              | 1,8%          |               |
|                      | SÃO SALVADOR DO MUNDO      | 18           |              | 1,7%          |               |
|                      | TARRAFAL                   | 22           |              | 2,0%          |               |
| SANTO ANTÃO          | PAUL                       | 20           | 97           | 1,8%          | 8,9%          |
|                      | PORTO NOVO                 | 18           |              | 1,7%          |               |
|                      | RIBEIRA GRANDE             | 59           |              | 5,4%          |               |
| SÃO NICOLAU          | RIBEIRA BRAVA              | 34           | 34           | 3,1%          | 3,1%          |
| SÃO VICENTE          | SÃO VICENTE                | 140          | 140          | 12,9%         | 12,9%         |
| Outras Naturalidades | Outras Naturalidades       | 92           | 92           | 8,5%          | 8,5%          |
| <b>Total</b>         |                            | <b>1.085</b> | <b>1.085</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

### 3.6. ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

O salário médio mensal no FSA é de 36.086\$00. O salário mínimo ronda os 6.777\$00 e o salário máximo é de 565.108\$00. Entretanto, considerando as despesas com o pessoal por departamento governamental, nota-se que o Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação detém uma despesa anual de 171.311.676\$00 (cento e setenta e um milhões, trezentos e onze mil seiscentos e setenta e seis escudos), correspondente a 36,5% da despesa total no FSA, seguido do Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH com uma despesa anual de 80.436.072\$00 (oitenta milhões, quatrocentos e trinta e seis mil e setenta e dois escudos) que corresponde a 17,1%. O Ministério Da Justiça e o

Gabinete do Ministro da Presidência Conselho Ministro detêm a menor despesa anual com o pessoal, correspondente a 0,7% e 0,9% respectivamente (cf. Tabela 11).

**Tabela 11:** Despesa Anual com as remunerações dos funcionários nos FSA por centro de custo

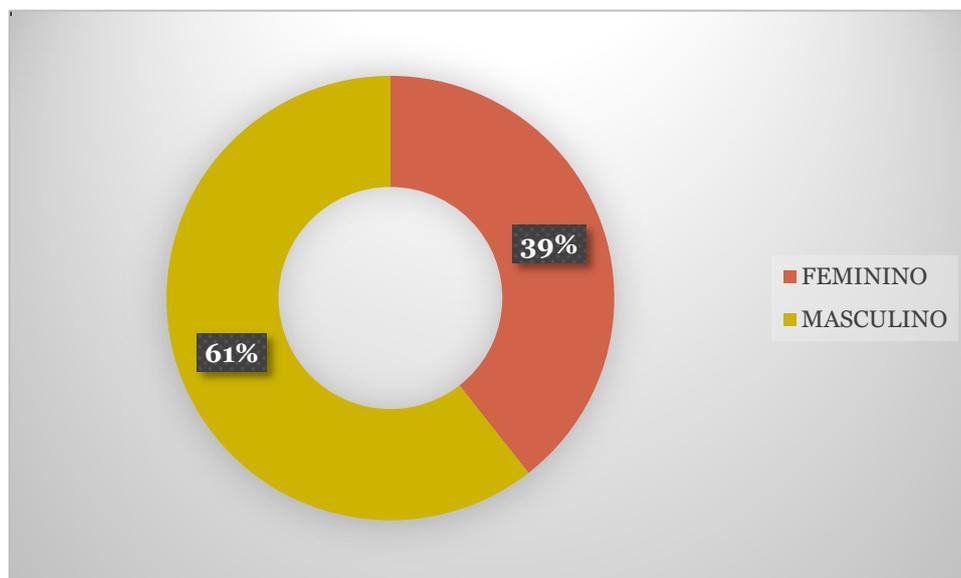
| MINISTERIO  | Sal. Mensal       | Sal. Anual         | %             |
|---|-------------------|--------------------|---------------|
| GOV - Ministério De Ensino Superior, Ciência e Inovação                   | 14.275.973        | 171.311.676        | 36,5%         |
| GOV - Ministério Da Juventude, Emprego e Desenvolvimento RH               | 6.703.006         | 80.436.072         | 17,1%         |
| GOV - Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima                 | 4.204.319         | 50.451.828         | 10,7%         |
| GOV - Ministério Das Finanças e do Planeamento                            | 3.586.403         | 43.036.836         | 9,2%          |
| CHGOV - Gabinete Do Primeiro Ministro                                     | 3.034.860         | 36.418.320         | 7,8%          |
| GOV - Ministério Da Cultura   | 1.461.424         | 17.537.088         | 3,7%          |
| GOV - Ministério Do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos   | 1.447.376         | 17.368.512         | 3,7%          |
| GOV - Ministério Da Educação e Desporto                                   | 1.384.860         | 16.618.320         | 3,5%          |
| Estado  | 1.309.871         | 15.718.454         | 3,3%          |
| GOV - Ministério Do Ambiente, Habitação Emprego Ordenamento Do Território | 707.491           | 8.489.892          | 1,8%          |
| CHGOV - Ministro Adjunto do Primeiro Ministro                             | 385.974           | 4.631.688          | 1,0%          |
| CHGOV - Ministro Da Presidência Conselho Ministro                         | 369.932           | 4.439.184          | 0,9%          |
| GOV - Ministério Da Justiça   | 278.010           | 3.336.120          | 0,7%          |
| <b>Total Geral</b>  | <b>39.149.499</b> | <b>469.793.990</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

#### 4. APOSENTADOS

De acordo com os dados da tabela dinâmica da APUB, regista-se cerca de 4683 aposentados, sendo 39% do sexo feminino e 61% do sexo masculino. (Cfr. Gráfico 38).

**Gráfico 38:** Distribuição dos Aposentados por sexo



Ao analisar a estrutura remuneratória dos aposentados podemos observar através da tabela 12, as seguintes informações:

- A despesa anual com o pagamento das pensões é de 3.146.604.564 (três bilhões, cento e quarenta e seis milhões, seiscentos e quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro);
- O impacto financeiro mensal com os aposentados ronda os 262.217.047\$00 (duzentos e sessenta e dois milhões, duzentos e dezassete mil e quarenta e sete escudos)
- O número dos aposentados é superior no sexo masculino (2.837), com um impacto financeira anual de 1.996.380.432\$00, contra 1.150.224.132\$00 do género feminino (1.846).
- O número de pensionistas, apesar de ser superior no género feminino, o impacto financeiro mensal é inferior em relação aos pensionistas do sexo masculino.

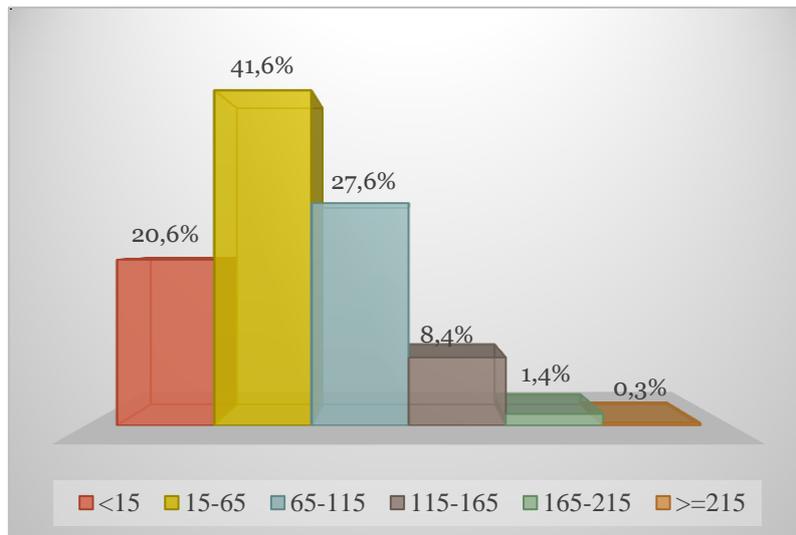
**Tabela 12:** Impacto financeiro mensal dos Aposentados por sexo

| <b>Rótulos de Linha</b> | <b>Nº Aposentados</b> | <b>Pensão Mensal</b> | <b>Pensão Anual</b>  |
|-------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>FEMININO</b>         | 1.846                 | 95.852.011           | 1.150.224.132        |
| <b>MASCULINO</b>        | 2.837                 | 166.365.036          | 1.996.380.432        |
| <b>Total Geral</b>      | <b>4.683</b>          | <b>262.217.047</b>   | <b>3.146.604.564</b> |

**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015

Relativamente a estrutura mensal de pensão dos aposentados, o gráfico 39 mostra que 41,6% recebe uma pensão que varia de 15 mil até menos de 65 mil escudos mensais e 27,6% de 65 mil até menos de 115 mil escudos mensais. No entanto, pode-se ver que 20,6% possuem uma pensão mensal inferior a 15 mil escudos e 0,3% superior a 215 mil escudos.

**Gráfico 39:** Estrutura de pensão dos aposentados mensais (em milhares de escudos)



**Fonte:** Tabela Dinâmica de RH da Administração Pública – 2015